



Patrimônio
histórico-cultural do

SUDOESTE MARANHENSE

Organizadores:

Aichely Rodrigues da Silva
Roseane Arcanjo Pinheiro
César Alessandro Sagrillo Figueiredo



EDITORA
UEMASUL

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL
DO SUDOESTE MARANHENSE**

Aichely Rodrigues da Silva
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Roseane Arcanjo Pinheiro
(Organizadores)

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO SUDOESTE MARANHENSE



EDITORA
UEMASUL
2024

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

P314 Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense. / Aichely Rodrigues da Silva; César Alessandro Sagrillo Figueiredo; Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs.). – Imperatriz: EDUEMASUL, 2024.

123 p.

ISBN 978-65-89274-03-2

1. História do Maranhão. 2. Patrimônio cultural. I. Silva, Aichely Rodrigues da, II. Figueiredo, César Alessandro Sagrillo. III. Pinheiro, Roseane Arcanjo

CDU 94(812.1)

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**



Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitora

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima

Organizadores

Aichely Rodrigues da Silva

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Roseane Arcanjo Pinheiro

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva

Profa. Dra. Camila Perez da Silva

Profa. Dra. Gabriela Guimarães Jeronimo

Prof. Dr. Gutierrez Rodrigues de Moraes

Profa. Dra. Luciana Oliveira dos Santos

Prof. Dr. Marcelo Francisco da Silva

Profa. Dra. Milena Lopes Oliveira

Me. Mateus de Araújo Souza

Profa. Dra. Niara Moura Porto

Coordenação da Editora

Profa. Dra. Aichely Rodrigues da Silva

Diagramação

Maria Eduarda da Silva Santos

Capa

Maria Eduarda da Silva Santos

Revisão

Mônica Assunção Mourão

Comitê Científico

Prof. Dr. Francisco de Assis Carvalho de
Almada (UEMASUL)

Profa. Dra. Lilian Castelo Branco de Lima
(UEMASUL)

Profa. Dra. Lisis Fernandes Brito de
Oliveira (UFF)

Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja
(UFMA)

Prof. Dr. Wellyson da Cunha Araújo Firmo
(UEMASUL)

Prof. Ma. Maria Natividade Silva Rodrigues
(SEDUC MA)

Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa (UFMA)

A coletânea de textos oriundos de pesquisas que resultou na obra “Patrimônio histórico-cultural do sudoeste maranhense” organizada pelos professores universitários Roseane Arcanjo Pinheiro, César Alessandro Sagrillo Figueiredo e Aichely Rodrigues da Silva propõe uma extensa e rica reflexão sobre a mídia regional, cultura regional e relações de classes, tendo como recorte específico uma parte do Estado do Maranhão. A partir do resgate histórico inédito, que tem como foco a cultura, a resistência, a memória, a prática imaterial, a mídia regional maranhense, a partir de temas como enchentes, memória, protagonismo feminino, fotografia, rádios comunitárias, entre outros.

Um dos méritos alcançado pelo grupo de pesquisadores foi juntar as temáticas em torno da regionalidade que a pesquisa sobre o Sudoeste do Estado do Maranhão oferece, em termos de conteúdo, diversidade e ineditismo. Revelando as entranhas, o conhecimento e a riqueza que estavam preservadas e que agora estão disponíveis e documentadas nessa coletânea.

Os pesquisadores participantes desta obra lançaram mão de um instrumental metodológico diversificado, desde a pesquisa bibliográfica, documental, história oral e memória individual e coletiva, estudo de caso, história de vida, entrevista, pesquisa de campo, entre outros. Respeitando as características de cada objeto empírico e alinhando as necessidades metodológicas que se fizeram presentes, demonstrando o rigor científico empenhado na empreitada. Por isso, um segundo mérito é atribuído ao conjunto da obra.

O primeiro texto conta com os históricos das frequentes enchentes na cidade de Imperatriz, de 1970 até 2020 ca-

racterizada pelo mapeamento, por meio de banco de dados de cinco jornais regionais, dados de precipitação do IMNET e dados do Atlas Digital de Desastre no Brasil (2024). O foco das pesquisadoras Thaís Chaves da Silva, Vanessa Trindade e Aichely Rodrigues da Silva partiu do recorte de 50 anos, que considerou que em alguns períodos houve maior incidência (1979, 1980, 2010 e 2020) e em outros menor (1990 e 2000), mas que a informação meteorológica da mídia regional se mostrou relevante nessa cobertura. O estudo revela também os riscos da urbanização ocorrida no período de estudo na pesquisa.

No texto “Lutas contra o silenciamento em Piquiá de Baixo, em Açailândia” as autoras Carmem Barroso Ramos e Roseane Arcanjo Pinheiro identificam a importância das ações de resistência da comunidade de Piquiá de Baixo – um bairro da cidade de Açailândia, no Maranhão, para valorizar suas memórias individuais e coletivas, frente ao confronto com grupos econômicos. Registrando as tentativas de apagamento e silenciamento, de quase 20 anos de mobilização para a conquista dos direitos socioambientais e à dignidade. A pesquisa revela a atuação da comunidade e a trajetória dela no enfrentamento contra as siderúrgicas, que implicaram em tentativas de arrefecer as estratégias de combate, denúncias e reivindicações. Por meio de entrevistas com os moradores do bairro, tendo como abordagem a história oral. Além disso o resgate da memória mostrou-se eficiente ao revelar a resistência ocorrida no passado, por meio de mobilizações por direitos, que resultaram em políticas concretas e evitaram o apagamento da comunidade e sua legitimidade.

A pesquisa sobre as “Heranças sertanejas da ‘cultura do couro’ na região tocantina maranhense” desenvolveu-se na região denominada como “último” sertão colonizado. Em busca dos vestígios de heranças culturais em várias áreas desse imenso sertão, o pesquisador Jessé Gonçalves Cutrim

refletiu sobre os aspectos dessa cultura do couro, por meio de um estudo de caso, de manifestação da cultura imaterial, com um *modo de fazer* pelas mãos de um sertanejo que curte couros de boi com casca de angico. Com a descrição a partir da pesquisa bibliográfica e da observação direta é revelada detalhadamente, a tradição na arte de curtir couro como modo de saber-fazer em Campestre no Maranhão. A pesquisa revela que a preservação e a conservação da natureza, das identidades, dos patrimônios sociais e naturais constituem uma rede de solidariedade e cooperação que emana de territorialidades de pertencimento para a região.

Com o objetivo de compreender como o processo constituído a partir da Educação Popular, na Comunidade Viva Deus encorajou o protagonismo feminino das acampadas, os pesquisadores César Alessandro Sagrillo Figueiredo e Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo mergulharam no universo comunitário, tendo como base teórica os ensinamentos de Paulo Freire. A pesquisa denominada “Movimento de luta pela terra e o protagonismo feminino na Comunidade Viva Deus” reconhece a Educação Popular como um modelo educacional potente, que contribui para o encorajamento das personagens assumirem um papel de protagonismo na sociedade e ainda, lutar pelos seus direitos. A partir da reconstituição histórica e da história de vida se desenhou o instrumental metodológico que dialogasse harmonicamente com o objeto empírico da pesquisa. Com o estudo foi possível revelar que o trabalho de alfabetização e formação política despertou nas mulheres da comunidade reflexão crítica e incentivou a práxis política, reconhecendo assim, a educação popular como um ato político, por contribuir para a emancipação da comunidade.

Com o estudo “Memória, Comunicação e a organização do Museu da Igreja de Santa Teresa D’Ávila”, o pesquisador Antônio Carlos Santiago Freitas apresenta um impor-

tante levantamento de informações sobre a Paróquia Santa Teresa D'Ávila (a igreja mais antiga no município de Imperatriz). Para dar cabo de tal intento foram consultados os acervos da mídia impressa, de acervos públicos e particulares para a identificação e seleção de documentos que ajudaram a recompor e registrar essa trajetória histórica. O montante dos dados levantados vão compor a criação e organização do Museu da Paróquia Santa Teresa D'Ávila, que além de democratizar o acesso à informação e aos bens culturais, trata-se de uma iniciativa inédita que visa a preservação da memória e da história religiosa do município. Com resultado da pesquisa a sociedade receberá no futuro o museu paroquial, onde serão disponibilizadas as informações obtidas, que vão servir para a divulgação científica, tecnológica, cultural e social como forma de preservar o passado a partir de um testemunho jurídico e histórico.

Os autores Fernando Santos Cunha Filho e Rosana Ferreira Barros apresentam uma importante contribuição com a pesquisa, que revela a importância do acervo fotográfico de uma família como um instrumento de memória e de preservação da história de Imperatriz. Por meio da busca de arquivos familiares o objetivo foi tornar público o acervo privado e revelar as imagens do passado a partir do século XX, pois as imagens fazem parte da memória imagética da cidade e contribuem para a preservação dela. Além disso, foi desenvolvido um banco com as imagens, para facilitar a divulgação e conservação do material. Com a pesquisa foi resgatada parte da memória fotográfica da cidade e ainda disponibilizada por meio um Museu virtual público e nas redes sociais digital Instagram e Facebook. Desta forma, as plataformas criadas com a pesquisa se transformam em novos espaços que podem auxiliar nas investigações, como referência, sobre a história e memória da cidade por meio das imagens digitalizadas.

Por meio de parte da dissertação de mestrado, a pesquisadora Nayane Cristina Rodrigues Brito apresenta no seu artigo sobre “Desafios do passado e do presente para emissoras comunitárias do sulmaranhense” um estudo com dados gerais sobre os desafios para existência de emissoras regionais. A pesquisa revela momentos de resistências e dificuldades para manterem-se até hoje no ar. O histórico das rádios comunitárias no Brasil é resgatado até a chegada das rádios comunitárias no Maranhão. Depois uma pesquisa de campo mapeou as cidades da região estudada e a disposição de emissoras rádios comunitárias e seu funcionamento. Foram identificadas 15 emissoras no ecossistema radiofônico comunitário do estado, a partir dos anos de 1990. Nesse contexto as emissoras revelaram a falta de profissionais e necessidade de melhorar a cobertura jornalística.

Um relevante “mapeamento das mídias locais no sudoeste maranhense” é o resultado do estudo empreendido pela pesquisadora Thays Assunção Reis ao catalogar um mapeamento das mídias locais de 18 cidades pequenas do Sudoeste Maranhão. Com o instrumental metodológico constituído por pesquisa de campo presencial, entrevistas e uma contextualização histórica por meio de dados que compõem a configuração geográfica das pequenas cidades da região, foram identificadas 36 iniciativas midiáticas. A partir dos dados apurados, a pesquisa propõe uma classificação em três tipos de mídias: analógicas “artesanais”, analógicas “tradicionais” e digitais. A pesquisa considerou que a região faz parte dos desertos de notícias porque as mídias registradas demonstraram escassez e/ou ausência de produção local de conteúdo. Outro dado significativo da pesquisa foi a apropriação dessas mídias por políticos e igrejas, evidenciando um “coronelismo eletrônico de novo tipo”.

Valquíria Aparecida Passos Kneipp
(Professora Doutora da Universidade
do Rio Grande do Norte – UFRN)

Capítulo 1 15

Históricos das enchentes e inundações entre os anos de 1970 e 2020 no município de Imperatriz-MA

Thaís Chaves da Silva

Vanessa Trindade da Silva

Aichely Rodrigues da Silva

Capítulo 2 27

Lutas contra o silenciamento em Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA

Carmem Barroso Ramos

Roseane Arcanjo Pinheiro

Capítulo 3 51

Heranças sertanejas da “cultura do couro” na região Tocantina maranhense

Jessé Gonçalves Cutrim

Capítulo 4 63

Movimento de luta pela terra e o protagonismo feminino na comunidade Viva Deus

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Capítulo 5 77

A família Cortez Moreira e os registros fotográficos históricos de Imperatriz Maranhão

Fernando Santos Cunha Filho

Rosana Ferreira Barros

Capítulo 6 93

Desafios do passado e do presente para emissoras comunitárias do sulmaranhense

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Capítulo 7 107

Mapeamento das mídias locais no sudoeste maranhense

Thays Assunção Reis

CAPÍTULO 1 - HISTÓRICOS DAS ENCHENTES E INUNDAÇÕES ENTRE OS ANOS DE 1970 E 2020 NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

Thaís Chaves da Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

<http://lattes.cnpq.br/6016273364710417>

thais.chaves@uemasul.edu.br

Vanessa Trindade da Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

<http://lattes.cnpq.br/6495538820501248>

vanessa.trindade@uemasul.edu.br

Aichely Rodrigues da Silva

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

<http://lattes.cnpq.br/8991542895559113>

aichely.rodrigues@uemasul.edu.br

RESUMO: A ocupação desordenada e a deficiência das políticas públicas para a proteção dos cursos d'água, nas cidades, provocam episódios de inundações e enchentes. A pesquisa objetiva caracterizar os eventos de enchentes e de inundações, no município de Imperatriz-MA, com base nos dados históricos das décadas de 1970 a 2020. Neste estudo foi criado um banco de dados com informações de jornais de circulação regional, no período amostral de cinquenta anos. Pode-se concluir que a maior incidência de chuvas foram as décadas de 1970, 1980, 2010 e 2020, das quais resultaram em muitas ocorrências e danos no município de Imperatriz. Por outro lado, as décadas com menos incidentes foram 1990 e 2000. A mídia é uma importante fonte de informação meteorológica e suficiente para determinar a intensidade dos impactos oca-

sionados, por esses fenômenos, no município de Imperatriz.

Palavras-chave: Eventos hidroclimáticos; Notícias de jornais; Imperatriz-MA.

*HISTORY OF FLOODS AND FLOODS BETWEEN THE YEARS OF 1970
AND 2020 IN THE MUNICIPALITY OF
IMPERATRIZ-MA*

ABSTRACT: The disorderly occupation and the deficiency of public policies to protect water courses in cities cause episodes of flooding. The research aims to characterize flooding events in the municipality of Imperatriz-MA based on historical data from the 1970s to 2020. In this study, a database was created with information from regional newspapers, in the sample period of fifty years. It can be concluded that the highest incidence of rain was in the 1970s, 1980s, 2010 and 2020, which resulted in many incidents and damages in the municipality of Imperatriz. On the other hand, the decades with the fewest incidents were 1990 and 2000. The media is an important source of meteorological information and is sufficient to determine the intensity of the impacts caused by these phenomena in the municipality of Imperatriz.

Keywords: Hydroclimatic events; Newspaper; Imperatriz-MA.

INTRODUÇÃO

No município de Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão em população, a ocupação desordenada e a deficiência das políticas públicas de preservação da rede hídrica, a falta de investimentos em saneamento ambiental e de educação ambiental provocam aumento dos episódios de inundações e enchentes, no centro e na área periférica,

situada em áreas de risco.

No município de Imperatriz, as inundações e enchentes são sazonais e atingem as áreas centrais e periféricas, da cidade, causando impactos socioambientais. Neste sentido, a análise dos riscos à vulnerabilidade aos desastres naturais/antrópicos, como as inundações, enchentes e alagamentos, em áreas urbanas, requer a compreensão da organização do espaço urbano, isto é, como é formado, produzido e reproduzido ao longo dos anos, sendo ocupado e estruturado pelos atores sociais (Silva; Lima, 2023).

O reflexo dessa situação, em Imperatriz, é antigo e tornou-se um problema socioambiental, que é a vulnerabilidade aos impactos deflagrados por eventos hidroclimáticos: tais como alagamentos e inundações. Os frequentes episódios de enchentes e inundações registrados em Imperatriz, nos últimos anos, ressaltam a relevância deste estudo. O mapeamento dessas áreas críticas, no município de Imperatriz, foi realizado com o marco temporal de cinquenta anos (1970 – 2020).

A pesquisa tem como objetivo caracterizar os eventos de enchentes e de inundações, no município de Imperatriz-MA, com base nos dados históricos das décadas de 1970 a 2020. Neste período amostral, temos o crescimento econômico do município e, sobretudo, o avanço da área urbana em direção aos cursos d'água que atravessam a cidade.

Esta pesquisa é relevante para resgatar e discutir o processo histórico de expansão urbana e sua relação às incidências das enchentes e inundações, no município de Imperatriz-MA. Esse período temporal para Dickel e Godoy (2016) demonstra que os riscos e desastre no Brasil aumentaram, significativamente, em comparação às décadas de 1960, 1970 e 1980, devido à urbanização. Para isso, foram

utilizadas as notícias disponibilizadas em jornais de circulação regional. Esses tipos de notícias relacionadas às questões climáticas têm aumentado e a explicação para tal fato está na política de conscientização ambiental desencadeada por conferências, reuniões e fóruns mundiais ligados às discussões ambientais (Lima; Amorim, 2014).

METODOLOGIA

O município de Imperatriz- MA está localizado na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com população de 259.980 habitantes e área territorial de 1.369,039 km² (IBGE, 2024). O município de Imperatriz possui nove afluentes: os riachos Cacao, Bacuri, Santa Teresa, Capivara, Barra Grande, Cinzeiro, Angical, Grotão do Basílio e Saranzal.

O oeste maranhense, onde o município está inserido, está em uma área de atuação do clima tropical subúmido, típico do Brasil central. A temperatura média oscila entre 26°C e 27°C. A média pluviométrica média é de 1.490 mm anuais, sendo março o mês mais chuvoso e julho o mais seco. A umidade relativa do ar varia de 47% em agosto a 85% em março. A microrregião de Imperatriz é influenciada por diversos sistemas indutores de precipitação, entre eles a Zona de Convergência do Atlântico Sul, a floresta amazônica, os sistemas frontais e os efeitos de brisa local, tendo em vista que é banhada pelo rio Tocantins (Nascimento et al., 2015).

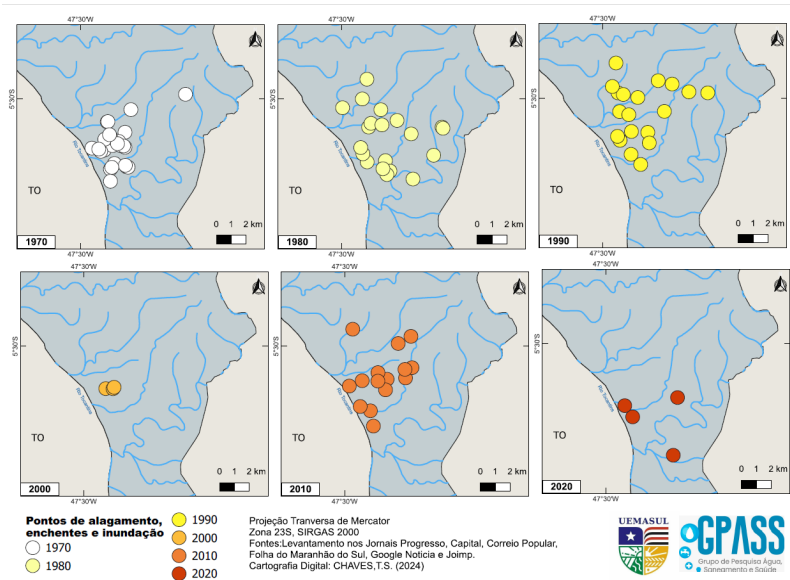
Nesta pesquisa foi criado um banco de dados com informações de Jornais de circulação regional, no período amostral de 1970 a 2020. O levantamento foi realizado com auxílio do acervo do curso de jornalismo da UFMA disponível no link: www.joimp.ufma.br e no acervo da Academia Imperatrizense de Letras (AIL), conforme Mendes e Mendiondo (2007).

Os jornais analisados foram O Progresso, Jornal Capital, Correio Popular, Folha do Maranhão do Sul e Imirante. com (Internet) foram encontradas 103 notícias relacionadas aos episódios de inundações e alagamentos no município de Imperatriz. Os dados de precipitação foram utilizados do Banco de Dados Meteorológicos do INMET, nos anos de 1970 e 2020. Com essas informações, foram elaborados os mapas temáticos com os pontos de localização dos fenômenos identificados nas notícias das mídias analisadas. Além disso, foram utilizados dados do Atlas Digital de Desastres no Brasil (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise qualitativa dos pontos de episódios de enchentes, alagamentos e inundações realizadas a partir dos levantamentos de notícias veiculadas, pela mídia impressa e digital (jornais), demonstraram que os anos de maiores incidências foram 1970, 1980, 1990 e 2010 (Figura 1). As inundações provocadas pelas intensidades de chuvas fizeram com que o Rio Tocantins transbordasse, deixando centenas de ribeirinhos desalojados, lavouras perdidas, criações de gados, casas destruídas pela força das águas. Em 21 de março de 1978 foi a maior marca registrada da cheia do Rio Tocantins, atingindo 14m acima do seu nível normal. Foi uma das maiores cheias do rio Tocantins registradas, marcando uma das maiores inundações que se teve notícias nesta década (Figura 2).

Figura 1– Pontos de alagamentos, enchentes e inundações no município de Imperatriz-MA entre os anos de 1970 a 2020, conforme a análise qualitativa nos jornais.



Fonte: Autoras (2024)

Em relação a economia desse município nesta década, foi o fim do ciclo do arroz, período entre os anos de 1955 até a década de 1970, que correspondeu ao primeiro crescimento econômico do município de Imperatriz (Santos; Nunes, 2018).

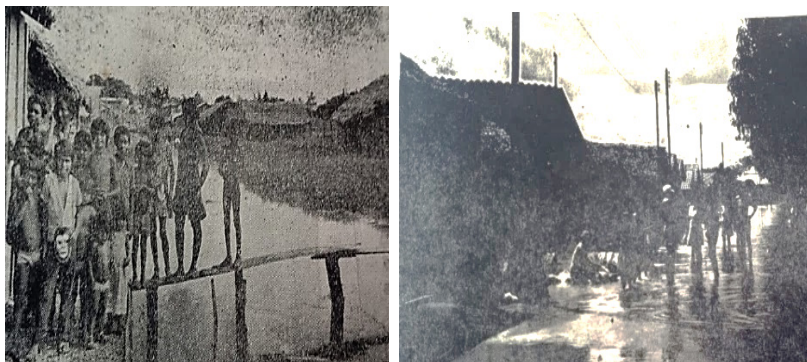
Figura 2 - Residências totalmente submersas pelas águas do rio Tocantins no município de Imperatriz na década de 1970.



Fonte: Arquivo Municipal da Academia de Letras

Na década de 1980, o número de incidência de inundações e de alagamentos aumentaram significativamente, na cidade, em comparação com a década 1970. Nesta década ocorreram vários episódios, como no bairro Bacuri, próximo ao riacho do mesmo nome (riacho Bacuri), o transbordamento do riacho forçou muitas famílias daquela região a deixarem suas casas, além de casas que foram arrastadas devido à correnteza do riacho que veio a transbordar (Figura 3). Os dados meteorológicos demonstram que, em 1987, nos meses de junho e julho foram registrados 574 e 493 mm, nesta ordem, enquanto em outubro ocorreram 770mm de precipitação, no município de Imperatriz (IBMET, 2024). A sequência chuvosa mais longa ocorreu de março de 1985 a dezembro de 1985, indicando um cenário de chuva severa (Nascimento *et al.*, 2015).

Figura 3 - Residências totalmente submersas pelas águas do rio Tocantins no município de Imperatriz na década de 1980.



Fonte: Arquivo Municipal da Academia de Letras

Na década de 1990 ocorreram eventos semelhantes aos da década de 1980. Durante esta década, as enchentes aconteceram com frequência na maioria dos bairros da cidade. Vale ressaltar que as precipitações, em 1991, em outubro, foram de 886 mm, em 1992 de 918mm, e em setembro de 1994 de 917mm. Esta década foi marcada pela ocorrência do fenômeno *El Niño* forte, sugerindo que as anomalias no Oceano Pacífico influenciam nas chuvas na região de Imperatriz (Nascimento et al. 2015).

Na década de 2000, a taxa de enchentes e inundações diminuíram significativamente em comparação com os anos anteriores. Um exemplo disso, foi o vendaval que atingiu a região no dia 05 de novembro de 2008, causando danos como arrancamento de telhados de residências devido aos fortes ventos, alagamento em diversos pontos da cidade e árvores derrubadas pelas rajadas de vento. Em janeiro de 2002 foram 2.439 pessoas desabrigadas e 5.983 desalojadas,

onde as perdas materiais pelos eventos hidrológicos (inundações), neste ano, foram de R\$ 4.823.017,87 (Atlas Digital de Desastres no Brasil, 2024).

No ano de 2010, a cidade de Imperatriz enfrentou diversas situações desafiadoras. A elevada vazão de água da usina hidrelétrica de Estreito, atingiu $11.500 \text{ m}^3/\text{s}$, sendo um dos principais fatores que provocaram a enchente no município (Figura 4). Neste ano, após chover 12 horas, o nível do rio Tocantins subiu para 9 m acima do nível normal. Neste ano, em abril, havia um total de 260 pessoas desabrigadas e 360 desalojadas (Atlas Digital de Desastres no Brasil, 2024).

Figura 4 – Danos causados pelas chuvas no município de Imperatriz na década de 2010.



Fonte: Arquivo Municipal da Academia de Letras.

Em 2020, ocorreram prejuízos devido ao volume de chuva na região. No dia 16 de fevereiro, foram registrados 85 mm de precipitação em apenas 17 horas. Essa situação fez com que o nível do rio atingisse 10,75m acima do normal, representando o maior nível de águas para o ano do rio Tocantins, acarretando uma série de prejuízos aos ribeirinhos (Figura 5).

Figura 5 – Danos causados pelas chuvas no município de Imperatriz na década de 2020.



Fonte: Arquivo Municipal da Academia de Letras.

A população afetada pela enchente, inundações e alagamentos viram-se privadas das suas propriedades, bem como de toda a estrutura que construíram ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pode-se concluir que os anos com mais incidência de chuvas foram os das décadas de 70, 80 e os anos de 2010 e 2020, os quais resultaram em muitas ocorrências e danos no município de Imperatriz, especialmente, nos moradores do entrono do rio Tocantins, deixando muitas pessoas desabrigadas. Por outro lado, as décadas com menos ocorrências foram os anos 1990 e 2000. A importância da mídia como fonte de informação é que somente as análises meteorológicas, seja em escala diária ou mensal, não são suficientes para determinar a intensidade dos impactos ocasionados por esses fenômenos.

REFERÊNCIAS

ATLAS DIGITAL DE DESASTRES NO BRASIL. Disponível em: <http://atlasdigital.mdr.gov.br/#>. Acesso em: 31/03/2024.

Banco de Dados Meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia. BDMET/INMET. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 01/03/2024.

DICKEL, M. E. G.; GODOY, M. B. R. B. Desastres ambientais e impactos socioambientais: inundações no município de Itaóca-SP: bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão de riscos. **Cadernos de Geografia**, v. 26, n. 47, p. 737-759, 2016.

LIMA, A. P.; AMORIM, M. C. de C. T. Análise de episódios de alagamentos e inundações urbanas na cidade de São Carlos a partir de notícias de jornal. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 15, n.10, p. 183 -204, 2014.

MENDES, H. C.; MENDIONDO, E. M. Histórico da Expansão Urbana e Incidência de Inundações: O Caso da Bacia do Gregório, São Carlos – SP. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 12, n.1, 17-27, 2007.

NASCIMENTO, F. das C. A. do; BRAGA, C. C.; ARAÚJO, F. R. da C. D.; SILVA, E. V. da. Caracterização de Eventos Secos e Chuvas na Microrregião de Imperatriz- sta. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 8, n. 2, p. 325-333, 2015.

SANTOS, R. L.; NUNES, F. G. Imperatriz do Maranhão: proposição para a compreensão do processo de ocupação e consolidação da cidade. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 117 – 141, 2018.

SILVA, N. A. L. de A.; LIMA, V. A relação entre a produção do espaço urbano e a ocorrência de enchentes, alagamentos e inundações na cidade de Campo Grande –MS, Brasil. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, v.16, n.42, p. 153-171, 2023.

CAPÍTULO 2 - LUTAS CONTRA O SILENCIAMENTO EM PIQUIÁ DE BAIXO, EM AÇAILÂNDIA-MA

Carmem Barroso Ramos

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Orcid: 0000-0002-8036-4490

E-mail: carmembarr@uemasul.edu.br

Roseane Arcanjo Pinheiro

Universidade Federal do Maranhão

Orcid: 0000-0002-8613-0687

E-mail: roseane.ap@ufma.br

RESUMO: O objetivo é apontar as ações da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, que diante da atuação das empresas de grandes capitais (as siderúrgicas e afins) ligadas ao Corredor Ferro-Carajás da região Pre-Amazônica e seus impactos com ênfase na supressão de direitos. A cidade de Açailândia a partir do advento da rodovia Belém-Brasília, nos anos 70 e posteriormente, nos anos 1980 com a instalação das siderúrgicas de ferro gusa viveu e vive transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais que afetam negativamente a comunidade do entorno. Neste trabalho pretende-se dar luz e valorizar as memórias individuais e coletivas das pessoas de Piquiá de Baixo frente ao confronto com esses grupos econômicos, que impõe tentativas de apagamento e silenciamento de suas lutas cotidianas.

Palavras-chave: Memória; Silenciamento; Comunidade; Piquiá de Baixo; Açailândia-MA.

FIGHTS AGAINST SILENCE IN PIQUIÁ DE BAIXO, IN AÇAILÂNDIA- -MA

ABSTRACT: The objective is to point out the actions of the community of Piquiá de Baixo, in Açailândia-MA, which, in the face of the actions of large-capital companies (steel mills and the like) linked to the Ferro-Carajás Corridor of the Pre-Amazonian region and its impacts, with an emphasis on suppression of rights. The city of Açailândia, after the advent of the Belém-Brasília highway, in the 1970s and later, in the 1980s, with the installation of pig iron steel mills, experienced and continues to experience social, cultural, economic and environmental transformations that negatively affect the surrounding community. This work aims to shed light and value the individual and collective memories of the people of Piquiá de Baixo in the face of the confrontation with these economic groups, which impose attempts to erase and silence their daily struggles.

Keyword: Memory; Silences; Comunitieis; Piquiá de Baixo; Açailândia-MA

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os embates que a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, travou para construir suas memórias, coletivas e individuais, em contraponto às tentativas de silenciamento sofrida durante os quase 20 anos de mobilização para a conquista dos direitos socioambientais e à dignidade. O bairro tem duas partes conhecidas: Piquiá de Baixo, onde foram instaladas siderúrgicas, e o Piquiá de Cima, área mais alta do lugar, com estrutura menos precária. Está afastado mais de 12 km do centro da cidade, abriga famílias desde o final dos anos 60, que buscavam melhores condições de vida. Nesse contexto ocorreu a construção de estradas estaduais e federais, que atraíram

dezenas de migrantes para os projetos agroindustriais, patrocinado pelos governos militares e instalados na Amazônia Oriental.

A origem de Açailândia se constrói primeiramente como um povoado da cidade de Imperatriz, funcionando como uma Cidade Polo. Açailândia foi emancipada somente em 1981. Imperatriz era uma cidade sem expressão na Mesorregião Oeste Maranhense até meados do século XX, quando da abertura da rodovia Belém-Brasília, a partir dos anos 50, apresentou um rápido fluxo desenvolvimentista. Imperatriz veio a trazer para junto de si todas as contradições de surto de desenvolvimento sem o devido controle, pois crescia muito acelerada, entretanto, ficava muito aquém em condições de vida dos seus moradores (Franklin, 2008). Assim, Açailândia como povoado periférico integrante da Cidade Polo matriz cresceu no mesmo gradiente e apresentou todas as contradições de um crescimento desordenado.

Junto com o crescimento desordenado, a destruição do bioma, reflexo da expansão desordenada que ocasionou um processo de devastação de sua fauna e flora naturais. Destacamos que essa região maranhense é caracterizada como uma zona de transição geográfica, pois possui características que se entrecruzam entre Floresta Amazônica, pela Mata dos Cocais e pelo Cerrado. Logo, reflete-se que a região e sua população possuíam todo um complexo ecológico harmônico integrando a natureza, a agricultura familiar e o setor extrativista.

Com o desenvolvimento desigual e contraditório implementado, a Mesorregião Oeste Maranhense começou a ser parte constituinte dos diferentes ciclos econômicos advindos do processo expansionista do capital financeiro exógeno, destacamos expressivamente os seguintes: o ciclo da madeira, ainda nos primórdios da abertura da Belém-Bra-

sília e que fora responsável por mudanças drásticas como o extrativismo madeireiro da região e, igualmente, irá refletir na própria mudança e extinção progressiva do bioma nativo da região (FRANKLIN, 2008). Em seguida, o ciclo do ouro, especificamos que este período ocorreu entre os anos 70 e 80 do século vinte, embora não houvesse minas extrativista na região, Imperatriz tornou-se um rico entreposto para comércio do ouro, do mesmo modo, sofreu todos os reflexos da violência e da pistolagem oriunda das regiões dos garimpos do Pará (Teixeira, 2016). Nas últimas décadas, como produto da combinação do desmatamento, da grilagem de terras e do enriquecimento proporcionado pelo garimpo, a região se deparou com o ciclo dos grandes latifúndios e do investimento pesado proveniente do agronegócio.

Enumera-se aqui mais um ciclo, o das empresas de ferro gusa. Este surgiu na esteira do processo de descoberta das jazidas minerais de Carajás, no Pará, durante os anos 60 e, conseqüentemente, agravando-se o seu processo exploração comercial nas décadas seguintes. Nesse período vivíamos sob a ditadura civil-militar (1964-1985), momento singular em que não poderia haver qualquer tipo oposição ao regime e tampouco poderia haver críticas sob as formas de inserção do capital na região. Assim sendo, em face do perfil desenvolvimentista e estatista do regime militar, com o investimento pesado do capital estrangeiro, um novo ciclo de expansão econômica concentrado se instala na região Norte e Nordeste, tendo o Pará e o Maranhão como os principais estados mais afetados.

Açailândia, em termos de qualidade de vida para seus moradores deixa a desejar, uma vez que a riqueza passa pelos vagões do trem e não fica retida para as melhorias necessárias da emergente cidade. Assim o desenvolvimento comercial e econômico contraditório da cidade em questão nasceu recheado de contradições.

A cidade de Açailândia-MA se tornou, desde então, ponto estratégico para a indústria da mineração, que transporta o produto da Serra dos Carajás (PA) até o Porto do Itaqui (MA) em quase 900 km de ferrovia, que corta cerca de cem comunidades: quilombolas, rurais, indígenas, entre outras. Uma delas é Piquiá, onde indústrias siderúrgicas se instalaram, desde os anos 80 do século XX, para fazer a melhoria do minério de ferro, fator que gerou a poluição do ar, solo e água na comunidade. Mobilizada de maneira mais intensa desde o começo dos anos 2000, 312 famílias da comunidade lutam para sair de forma coletiva do bairro, diante da invasão das siderúrgicas. Essa saída da comunidade é uma tentativa de encontrar um lugar melhor para viver.

Com articulações com igrejas, movimentos sociais, sindicatos, apoio internacional e ações na justiça, conquistaram o processo de reassentamento, a transferência do lugar para um bairro estruturado, com escolas, esgoto, postos de saúde e outros serviços básicos, que existem de forma bastante precária no bairro onde se deu o primeiro assentamento dos moradores. As obras começaram em 2018 e o novo bairro, batizado de Piquiá da Conquista, está quase finalizado em 2024. Esse processo doloroso de lutar contra a morte e o descaso foi também um movimento de valorizar as memórias de luta das famílias e as conquistas obtidas no confronto com o poder econômico e os interesses políticos. A atuação da comunidade e a trajetória dela no enfrentamento com as siderúrgicas implicaram em tentativas de arrefecer as estratégias de combate, denúncias e reivindicações.

A investigação realizou uma abordagem qualitativa, através das entrevistas com moradores e moradoras, a partir das abordagens com a história oral. Os depoimentos reuniram as vivências dos que lidaram com negações, pressões, críticas, enfim, diversas dificuldades no processo de conquista de direitos e de transição para as novas mora-

dias. É interessante ressaltar que nos relatos dos moradores e moradoras já apontavam o fato da existência da comunidade quase vinte anos antes da instalação das siderúrgicas, essa situação contesta os argumentos de que os moradores teriam invadido as terras e aproveitado para explorar as empresas.

Outra fonte sobre as memórias do lugar são os documentos da Escola Municipal Almirante Barroso, uma das mais antigas de Açailândia. As atas escolares documentaram a movimentação no entorno, com a existência crescente de crianças em idade escolar desde os anos 70 do século XX e a vinda de muitas famílias, que construíram casas, pequenos comércios, cultivavam plantações e praticavam outras atividades econômicas.

As ações da pesquisa descritas foram realizadas como desdobramento do projeto “Cartografia Social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, memórias, trajetórias, política e ativismos digitais”, aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e executado por meio do Edital 002/2019/Universal. A coordenação do projeto teve à frente as professoras Roseane Arcanjo (UFMA) e Carmem Barroso (UEMASUL), além dos professores César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFNT) e Siney Ferraz (UEMASUL). Contou com dois estudantes, Michely Alves (Curso de Jornalismo/UFMA/PIBIC) e Matheus Carvalho (Curso de História/UEMASUL/PIBIC).

As lembranças da luta pelo lugar de morar e trabalhar

A migração é um fenômeno social que conduz as pessoas a buscar um lugar para viver e trabalhar. Em nossa região sabe-se que somos originários dessas relações. Sair em

busca de melhores condições de vida, também é se arriscar na incerteza de ter ou não o alimento diário, ou mesmo perecer, perdendo a vida. Migrar também é se lançar ao desterro, forçando uma família ou grupos a reconstruir laços com novas pessoas. Nas escutas, várias pessoas em Piquiá de Baixo, como Dona Tida, Sr. Joaquim, Sr. Edvard e Dona Maria José relembram suas trajetórias de migrante, inclusive dizem: foi muita mudança.

E, essa instabilidade em busca de terra para viver é uma marca recorrente nas narrativas colhidas nas vozes de Piquiá, marca de resistência e resiliência que construíram um movimento pela vida e moradia digna. A escuta sobre a chegada desses grupos, em Piquiá, e como refazem suas vivências toca nessas fraturas sociais com reconstruções e adaptações.

A história das andanças de cada morador de Piquiá é recortada de negações, mas também de esperança, do verbo esperar, com bem diz Paulo Freire. E, obviamente, se parece com outras tantas histórias ouvidas em Piquiá. O Senhor Joaquim¹ também recorda de sua caminhada com sua família nessa lida por buscas de melhorias, onde relata que veio da Bahia com seu pai e irmãos, em 1962. Naquele tempo, conseguiram um pedaço de terra, fizeram um tijupá na beira do rio, um tempo ainda de rios limpos e água boa. Trabalhavam na lavoura, colhiam mandioca, milho, arroz e feijão. Conta seu Joaquim que os tropeiros iam buscar a safra colhida e levava à Imperatriz.

Em suas memórias, nossos entrevistados comentam que a comunidade de Piquiá de Baixo vai se organizando com os migrantes que chegam de várias partes do Brasil e do Maranhão. Ali constroem suas primeiras casas e ruas. Seus

1 Entrevista colhida no Clube de Mães em Piquiá de Baixo em 2019.

quintais são grandes e cheios de frutas e hortas. Os vizinhos partilhavam as colheitas dos cultivos de frutas e verduras. As matas ainda eram abundantes. Reforça também o poder da pesquisa baseada em história oral e memória como testemunha de uma época, explicada por Delgado (2006) como uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.

As lembranças dos moradores mais antigos expressam que em qualquer lugar eles podiam plantar e colher e viviam bem, pois tinham com que se alimentarem. Hoje as siderúrgicas trouxeram doenças respiratórias, poluição e todos ficaram prejudicados, isso foi um gatilho para despertar a ação conjunta dos moradores por moradia digna.

Vale destacar que as memórias dos antigos moradores também mostram que Piquiá de Baixo faz parte de um assentamento antigo, iniciado a partir dos anos 1958 do século XX, e se que se desenvolveu com a chegada de migrantes, formando uma comunidade com características rurais. Este fato coloca em suspeição a narrativa inventada pelas empresas siderúrgicas de que os moradores vieram depois. O discurso das empresas sempre tentou apagar o protagonismo da população do bairro de Piquiá, mas não conseguiram. Pois, os moradores quando precisavam denunciar as atrocidades, acionavam todos da comunidade e fechavam vias, rodovias ou mesmo se concentravam no pátio das empresas com cartazes e palavras de ordem. Os protestos eram bem-organizados, conferindo êxito em seus objetivos.

A chegada das siderúrgicas, em Piquiá de Baixo, abala o elo de pertencimento construído em anos de adaptação por esses moradores, nesse bairro. Nós, seres humanos em nossa trajetória de buscas pelo nosso porto seguro, nos enraizamos e nos fortalecemos como grupo social no lugar que escolhemos para viver e trabalhar. Nos apropriando do con-

ceito de topofilia² do autor Yi-Fu Tuan, (2012, p.115), que afirma,

[...] Uma pessoa no transcurso do tempo investe parte de sua vida emocional em seu lar ou bairro. Ser despejado pela força da casa ou do bairro é ser despido de seu involucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar um velho casaco, por um novo, também algumas pessoas, especialmente os idosos, relutam em abandonar seu velho bairro.

No caso específico dos moradores mais velhos de Piquiá de Baixo foi narrado a importância do antigo bairro em vivências, companheirismo em todas as atividades. Foi relatado por Francisca Sousa Silva, conhecida por Dona Tida sobre a construção do Clube de Mães, que foi feito com trabalho voluntário de cada morador. Em todas as falas da comunidade ficou claro que as memórias boas foram e serão um ponto de fortalecimento para outras lutas. Por outro lado, a conquista de um novo bairro, o Piquiá da Conquista, tem um significado real de resistência, resiliência e coletivismo fortalecido, que extrapola o local, se torna exemplo para ser seguido.

Essa luta dos moradores de Piquiá de Baixo é construída em torno de suas memórias individuais e coletivas (Halbwachs,1990), que abarca velhos, adultos e jovens engajados na defesa de seu bairro, buscando qualidade de vida. A voz da jovem Flávia Nascimento³, uma ativista das pautas

2 Topofilia: constitui um elo afetivo entre pessoas e lugares.

3 Entrevista realizada em 2021, em modo remoto pela plataforma Zoom.

ambientais que viajou para várias atividades fora do Brasil como, Genebra e Vaticano, participando do evento intitulado *Sínodo da Amazônia* ocorrido em outubro de 2019 mostra seu protagonismo. Flávia relata que muitas pessoas de outros países ficaram curiosas sobre a história de Piquiá de Baixo e ela foi a porta-voz da comunidade durante o evento. A história dos moradores de Piquiá se tornou grande, hoje essas memórias foram ampliadas e repercutem, globalmente, chegando bem longe na defesa constante pelos seus direitos envolvendo questões atuais, como a crise e a emergência climática.

Uma escola onde o passado está presente

Com paredes brancas e vermelhas, situadas em uma das entradas da comunidade de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia-MA, a Escola Municipal Almirante Barroso, fica localizada na rua Henrique de La Roque, s/n, uma via sem asfalto, de terra batida, em frente a casas de madeiras e perto de árvores altas. Esse espaço escolar, o primeiro do local, marca um dos momentos mais emblemáticos da comunidade, a construção da BR 222, que fez parte de um projeto maior, o acesso a capital São Luís-MA, no começo dos anos 70. Após a abertura da rodoviária Belém-Brasília, nos anos 60, e a expansão das malhas estaduais, o fluxo de migrantes se intensificou no local, especialmente, interessados nas possíveis ocupações geradas pela exploração dos recursos naturais na região (Franklin, 2008). Com a estrada, a movimentação de pessoas e produtos interligou o local às dinâmicas econômicas dos grandes projetos que foram sendo instalados.

Figura 1- Escola Municipal Almirante Barroso



Fonte: Acervo Roseane Arcanjo Pinheiro – fev. 2024

As memórias da professora Clarinda de Sousa Brandão⁴, primeira diretora, trazem detalhes dos primeiros anos de funcionamento da escola. Ela relata que soube, ao chegar ao local, na metade dos anos 70, que a comunidade já tinha organizado “turmas” anos antes. Os primeiros professores teriam sido Luís e Maria. Houve uma terceira educadora que não teria ficado muito tempo. Até então, as turmas eram organizadas em uma casa simples, de palha. Após a escola ser criada, em 1974, a mesma começou a oferecer o ensino fundamental, até o 4º ano. Clarinda Brandão aponta que a estrutura, à época, abrangia três salas e a secretaria, além de um quintal. Estudantes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), já adultos, também transitavam na escola,

4 Entrevista concedida à professora Roseane Arcanjo Pinheiro e à jornalista Lanna Luíza Silva Bezerra em 16 de novembro de 2017 para o projeto Site Piquiá de Baixo, realizado pela Associação de Moradores de Piquiá e a Rede Justiça nos Trilhos - Jnt. Endereço eletrônico: Piquiá de Baixo | Conheça a história de uma comunidade em Açailândia -MA que luta bravamente pelo direito à vida: Reassentamento já!! (piquiadebaixo.com.br).

no turno da noite, por alguns anos.

A primeira diretora conta que gostou de trabalhar lá, porque “era maior, tinha farda e reunião com pais”. Mesmo assim, eram muitas as atividades, desde a matrícula à vinda de professores. E quais os nomes dos pioneiros e pioneiras a ensinar em Piquiá? Clarinda recorda: “tinha a professora Januária, Josefá, Laurita e Ivonete”, entre outros nomes. Nos primeiros anos, a escola não se chamava Almirante Barroso, comandante da Guerra do Paraguai⁵. Era chamada de “Escola Municipal Piquiá”, nome que consta em atas até 1985. Talvez seja por essa razão que a placa histórica da escola não traga a menção ao militar.

A Escola Almirante Barroso foi fundada em 31 de julho de 1974. Não há registros escolares de 1975. As atas escolares existentes nela registram turmas crescentes desde 1976⁶. A primeira apresentou 38 alunos em idade escolar. Em 1977, duas turmas são documentadas: 33 e 38 alunos, respectivamente. O número crescente de alunos, registrado pela escola, reforça o relato dos moradores de que, nos anos

5 Conflito sangrento que envolveu Brasil, Argentina e Paraguai de um lado, contra o Paraguai, entre 1864 a 1870. Mais informações: SENADO FEDERAL. Afinal, o que foi a Guerra do Paraguai? In. <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/historias-do-brasil/2019/05/afinal-o-que-foi-a-guerra-do-paraguai>. Acesso em 15 de fev 2024.

6 As atas da escola podem ser consultadas na Secretaria da mesma, até o momento da escrita desta pesquisa esses documentos não estavam disponíveis digitalizados em acervo público. As atas foram localizadas pela primeira vez na escola, em fevereiro de 2018. Para efeito de pesquisa, foi solicitada o envio das atas digitalizadas para as pesquisadoras através da Associação Comunitária de Moradores de Piquiá (ACMP), com o aval da direção da escola. Portanto, as atas das escolas, de 1976 a 1985, e uma foto foram disponibilizadas digitalizadas às autoras.

70, o bairro começou a receber mais migrantes. As turmas envolvem a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do primeiro grau, além de “turma intermediária” e alfabetização.

Quadro 1- Atas escolares.

Ano	Número de alunos (as)	Número de turmas
1976	38	01
1977	71	02
1978	238	07
1979	264	06
1980	210	05

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Almirante Barroso

Ao abordamos a construção de uma escola e a ocupação do espaço territorial, relacionando esse processo às memórias, tratamos de relações tencionadas, conforme Delgado (2016). Ao trabalhar com as lembranças sobre o cotidiano, onde estão os conflitos, embates e movimentos, o significado do que foi vivido pode ganhar outros caminhos, as recordações individuais ou coletivas podem ser mantidas ou alteradas pelo tempo, que atua sobre as representações a respeito do passado. “Tempo e espaço têm na memória sua salvação (...) São esteios das identidades. São suportes do ser no mundo” (Delgado, 2006, p. 37). O tempo e o espaço tornam homens e mulheres sujeitos, que resgatam esse passado, mesmo sendo capazes também de alterar as referências espaciais e, dessa forma, enfraquecerem seus laços e suas identidades, podem, então, gerar mudanças ou impedi-las, afirmá-las ou tolhê-las.

Como era esse lugar que abrigou uma das primeiras escolas de Açaílândia? A Dona Maria José da Silva⁷ descreve a

7 Entrevista concedida às autoras no dia 14 de maio de

localidade, nos idos do final dos anos 70, quando chegou com o marido, um agricultor, e os filhos. O esposo veio antes e, ao conseguir um trabalho, trouxe a família, que estava na cidade de Timbiras-MA, mas lá não tinham perspectiva de melhoria econômica, por isso a mudança para Açailândia. “Quando a gente chegou era pior, era de roça mesmo. Até porque o nosso barraco é na beira da BR e era muito matagal e atrás era matagal também”. O desafio era plantar e lidar com a densa floresta, porém também aproveitar os recursos abundantes. “Tinha a estrada para ir para o brejo, que a gente ia fazer tudo lá tudo – lavar roupa, lavar vasilha”.

Como a família de Dona Maria, vieram tantas outras, a ocupar o território, a dinamizar as atividades econômicas e a preparar os filhos para as exigências e rotinas de uma zona urbana em desenvolvimento. Na escola, os diários escolares, escritos à mão em páginas amareladas ou datilografados, posteriormente, apontam um movimento de pessoas, crianças e famílias na localidade de Piquiá, ao longo dos anos 70, momento de mudanças políticas e de ocupação da região amazônica oriental, onde está localizada a cidade de Açailândia.

As famílias Pereira Figueiredo, Antunes Alves, Macedo da Silva, Costa de Souza, Campos dos Anjos, Teixeira dos Reis, Rodrigues, Araújo do Nascimento, Ferreira Feijó, Soares Almeida, Marinho, entre tantas outras, aparecem nos diários escolares. Os sobrenomes que se repetem no nome dos estudantes, duas, três ou mais vezes, podem indicar irmãos e irmãs, na mesma sala de aula, famílias grandes, que desbravaram Açailândia atrás de oportunidades e matricularam os filhos na escola nascente para criar os primeiros elos com o 2021, durante a execução do projeto de pesquisa Cartografia social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, política e ativismos digitais, aprovado pela FAPEMA (Edital 002/2019/UNIVERSAL).

lugar.

Um dos registros da antiga escola, cedido à Associação de Moradores de Piquiá (ACMP), uma fotografia, traz a imagem dos estudantes, perto do que parece ser uma sala de aula. Com data estimada de 1979, na imagem estão reunidos meninos e meninas, com a então diretora Clarinda de Sousa Brandão, em pé, no centro, atrás da primeira fila de alunos, que usam uma farda branca, com saia ou calça escura:

Figura 1- Uma das turmas da Escola Municipal de Piquiá.



Fonte: Acervo: ACMP - 1979

As famílias buscaram melhorias de vida em um território marcado pela implantação de grandes projetos econômicos, idealizados pelos governos militares, especialmente, desde os anos 60 para a ocupação da Amazônia (Sousa, 2015). Os recursos da floresta foram imensamente destruídos nos anos 70 e 80 para dar suporte ao Programa Grande Carajás (PGC), que estruturou a exploração mineral no sudoeste do Pará. A cidade de Açailândia, até então um povoado, é elevada à cidade em 1981, e recebe um polo siderúrgi-

co, que será ponto estratégico dos 890 km da Estrada Grande Carajás para beneficiamento do minério de ferro, que segue do Pará para o Porto de São Luís, visando a exportação do produto. Sousa (2015, p. 212) explica que “a constituição do polo siderúrgico no município de Açailândia encontrou estreitos vínculos com o financiamento estatal estabelecido por meio de recursos financeiros concedidos pelos governos militares”. Nos anos 80, se instalaram as primeiras siderúrgicas: Vale do Pindaré e Viena Siderúrgica S/A. Nos anos 90 mais três empresas do mesmo ramo começam a funcionar: Simasa. Gusa Nordeste e Fergumar.

No entanto, os discursos dos atores envolvidos de desenvolvimento regional, não se confirmaram na prática, com a instalação do polo siderúrgico (Sousa, 2015). As contradições e interesses econômicos apareceriam nos resultados da exploração dos recursos do município, que alimenta a indústria siderúrgica. Franklin (2008, p. 188) diz que, apesar o Produto Interno Bruto (PIB) bastante significativo nas décadas seguintes, a cidade de Açailândia não aparecia entre as primeiras cidades com Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), apesar das promessas de riqueza, que provocaram intensa devastação da floresta, produção de carvão vegetal em larga escala e a implantação da cultura do eucalipto no lugar da diversidade amazônica.

Vozes contra o silenciamento e a morte

A história do Brasil é forjada, nos relatos de apagamento e extermínio de culturas originárias, como a dizimação de inúmeras etnias indígenas e quilombolas, desde a colonização até o presente são explícitas as marcas de conflitos, onde as maiores prejudicadas são as populações mais vulneráveis. Darcy Ribeiro em seu livro **O Povo Brasileiro**, diz que,

O conflito interétnico se processa no curso de um movimento secular de sucessão ecológica entre população original do território e o invasor que a fustiga a fim de implantar um novo tipo de economia e de sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma guerra de extermínio (Ribeiro, 2006, p.153).

Portanto, essa guerra por domínio de território, travada por quem chega e se sente no direito de desterrar grupos humanos de seus lugares ancestrais não é novo, e infelizmente ainda é uma luta que travamos cotidianamente. A luta dos moradores de Piquiá representa uma luta por justiça e reconhecimento de sua existência no seu bairro e território afetivo no intuito de evitar narrativas que levem a seu apagamento/extermínio/silenciamento.

Vale destacar que a preocupação com os silenciamentos e apagamentos da memória de uma sociedade foi tema de muitos estudiosos, citamos o trabalho de Walter Benjamin (1994) no texto "*Experiência e pobreza*" que anunciava a perda da capacidade de narrar diante do efeito da guerra, chamada na época de *nova barbárie*. Reflete que a experiência traumática da guerra deixou muitos homens mudos, incapazes de expressarem os acontecimentos cotidianos vividos. Benjamin (1994), em seu texto, diz que as pessoas contam o que experimentam, o que se aloja em sua memória. Quando querem esquecer experiências negativas ficam sem ter o que contar. Ao contrário, narrar histórias é expor vivências variadas e supõe a presença de ouvintes, que levaram adiante essas histórias. Com base na oralidade os narradores recordam o que vivenciaram e manifesta-se verbalmente para uma audiência visível.

As memórias da comunidade de Piquiá de Baixo, que, em parte, aparecem nos registros escolares dos anos 70 e 80 do século XX, são contestadas nos confrontos entre a comunidade, que luta pelo direito à vida e contra a poluição da água, ar e solo, e os representantes de segmentos econômicos, especialmente, no setor siderúrgico, que acusam os moradores e moradoras de terem invadido as terras onde hoje estão construídas as casas do bairro. Durante o processo de reassentamento, a partir de 2005, na imprensa de Açailândia e nas plataformas digitais, circularam acusações de que estavam prejudicando o progresso da cidade por questionarem as consequências ambientais e sociais dos empreendimentos ligados à indústria do minério.

As pressões contra a comunidade, no contexto de embates com os interesses econômicos, não surgiram por acaso, integram os discursos de apagamento, engendrados pelos opositores, grupos econômicos e políticos sustentados pela lógica do projeto de exploração dos recursos naturais. “Pode-se dizer que a informação implica no processo de produção de discurso em situação de comunicação” (Charau-deau, 2010, p.34). Todo ato de comunicar implica, portanto, nas escolhas das palavras, dos sentidos a serem emitidos e, principalmente, dos efeitos de sentido para influenciar o outro.

As estratégias discursivas envolvem um conjunto de circunstâncias: a identidade de quem fala, identidade a quem se dirige, o saber e posição do outro, as intenções e as condições de troca, ou seja, são as condições internas e externas que constroem o *discurso* (Charau-deau, 2010, p.40-41). Desqualificar, acusar ou diminuir a importância do outro integra um sentido construído e comunicado de forma intencional. Nesse processo é determinado onde, como e qual o *significado psicossocial* da informação. E os atos de comunicação, que visam anular ou desrespeitar o outro em sua dignidade,

começam no não reconhecer o direito à vida e nas tentativas de silenciar pessoas e instituições.

Os relatos e as experiências vividas por moradores e moradoras de Piquiá de Baixo trazem situações de apagamento das memórias e do não reconhecimento da atuação política do outro. Esses sentidos estão expressos no trato durante os confrontos. Desde anos 2000, início da luta política contra os males da mineração no local, o bairro não recebe melhorias. O discurso das autoridades informa que não haverá muitas melhorias no local, porque o bairro será abandonado e por isso não precisa de mudanças. A situação mais grave, a poluição sistemática do ar, água e solo, é constante na trajetória da comunidade de Piquiá de Baixo. O jovem João Paulo Alves⁸ fez parte do projeto Vigilância Popular em Saúde. Ao se engajar na atividade, João Paulo Alves teve contato com comentários sobre atuação dos moradores. Segundo os relatos, os mesmos queriam “se aproveitar das coisas, se aproveitar das indústrias, porque querem tirar dinheiro das indústrias”. No entendimento de populares, as reclamações afetavam a vida na cidade porque prejudicavam os que queriam trabalhar nas empresas. A pesquisa da qual João Paulo participou, começou em 2016, e os participantes fizeram uma capacitação para aprender como seria feito o monitoramento dos impactos das atividades industriais em Piquiá de Baixo. Os relatórios comprovaram os males gerados pela instalação das empresas poluidoras.

A moradora Kelly Silva Barbosa reforça as dificuldades diárias enfrentadas pela população local, como o acesso aos serviços básicos, situação que passou muitos anos sendo invisibilizada. Ela faz parte da equipe que mobiliza a comunidade para o reassentamento: “E lá quando perguntam assim “como é a vida em Piquiá de Baixo?” Eu costumo definir

8 Entrevista concedida às autoras no dia 03 de dezembro de 2021.

nessa palavra: resistência, persistência também, porque tem que ter (...) São várias coisas que a gente necessita lá desde um transporte, tudo é difícil (...) tudo, tudo fica mais complicado por conta da estrutura do bairro”.

Outras formas de silenciamento formam as tentativas de calar e constranger as lideranças femininas, como Francisca Sousa Silva, a dona Tida⁹, e Joselma Alves de Oliveira¹⁰, que participaram de protestos na frente de siderúrgicas em Açailândia e de atos em São Luís e em Brasília, além de terem realizado, no caso de Joselma Alves, algumas visitas a outros países para sensibilizar a comunidade internacional sobre problemas sociais e ambientais enfrentados. Dona Tida, que foi presidente da Associação de Moradores de Piquiá, lembra das agressões verbais às mulheres nas reuniões com representantes patronais. Joselma Alves recorda as palavras ofensivas e discriminatórias contra a condição feminina. “A gente passa por cada coisa nesses processos de luta, passei por situações que eu me questionava “não acredito que passei por isso”, do homem me mandar calar a boca no meio de todo mundo”.

Ao questionar as memórias oficiais, que pregam o desenvolvimento econômico como algo que beneficia a cidade como um todo, sem trazer mazelas socioambientais e crises, a comunidade de Piquiá de Baixo quebra o silêncio, luta contra o não-dito e o esquecimento dos conflitos vivenciados. São as memórias marginalizadas que invadem o espaço público para reinterpretar o passado (Pollak, 1989). Contrariam uma certa memória hegemônica, que estrutura discursos sobre os conflitos, minimizando-os, e busca uma coesão social em torno dos projetos econômicos da mineração instalados na região. Ao subverter enquadramentos sobre os acontecimentos da cidade, os moradores e moradoras

9 Entrevista às autoras em 30 de abril de 2022.

10 Entrevista às autoras em 30 de julho de 2021.

de Piquiá de Baixo constroem novas interpretações sobre o que foi vivido para fortalecer a mobilização, as identidades e os laços de pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, está próxima de receber as instalações do novo bairro, Piquiá da Conquista, em 2024. São quase longos vinte anos de mobilização para o reconhecimento das ações danosas da indústria da mineração sobre o bairro, onde a poluição do ar, água, ar e solo, prejudicou moradores e destruiu os recursos naturais. Essa jornada de luta foi constituída pelas articulações local, estadual e internacional que fizeram os problemas enfrentados pelas famílias a serem conhecidos e combatidos por outras forças sociais e políticas.

Os desafios da comunidade se intensificaram com a instalação do Programa Grande Carajás no começo dos anos 80 do século XX, que sustentou interesses de grupos econômicos na Amazônia brasileira e as atividades agroindustriais na região. O bairro se tornou polo siderúrgico, o que causou danos permanentes ao meio ambiente. Na luta contra o poder econômico, 312 famílias se uniram contra o descaso e a morte. Nesse processo, sofreram tentativas de apagamento do seu passado, pressões e críticas contra a luta por seus direitos. Responderam com mobilizações para valorizar suas memórias, fizeram suas vozes ecoarem e a trajetória da comunidade ser conhecida. Já diz Tuan (2012, p.115) “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”. Os moradores de Piquiá trazem essa consciência do passado bem registrado em suas memórias e deixando o legado para os mais jovens. Nesse quesito, o estudo da memória mostra sua eficácia na resistência feita através das mobilizações por direitos, reverberando em políticas concretas.

O presente trabalho, através da memória oral, levanta as ações e as recordações dos moradores e moradoras na caminhada de luta política. Os relatos apontam confrontos e pressões sofridas, bem como caminhos para que conquistassem uma vida nova, longe dos perigos da poluição e da destruição de recursos. Além dos relatos orais, que mostram o surgimento e o desenvolvimento da comunidade, há documentos escolares indicadores da existência das famílias de forma intensa desde os anos 60 e 70.

Essas memórias individuais e coletivas mostram o trabalho político de conscientização dos moradores e moradoras contra as várias formas de morte: 1) morte do corpo, através das ameaças, doenças e dores; 2) morte das subjetividades, das identidades e das memórias, da negação da existência do outro, através de discursos que se espalharam pela cidade de Açailândia-MA contra as reivindicações de homens e mulheres por vida e dignidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** São Paulo: Brasiliense, 1994, p.114-119.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DELGADO, L. de A. N. História oral, memória, identidades. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-66

FRANKLIN, A. **História econômica de Imperatriz**. Impera-

triz: Ética, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

SOUSA, J. de M. (Org). **O regional e o urbano no sul do Maranhão**: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012.

CAPÍTULO 3 - HERANÇAS SERTANEJAS DA “CULTURA DO COURO” NA REGIÃO TOCANTINA MARANHENSE

Jessé Gonçalves Cutrim

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1022723054494654>

jesssecutrim@uemasul.edu.br

RESUMO: Nosso estudo desenvolve-se na região tocantina do Maranhão, “último” sertão colonizado pela frente de expansão da pecuária, no sentido Leste-Oeste, pelos sertões de dentro via vaqueiros da casa da torre da Bahia. De modo geral, a região correspondente ao centro-sul do território maranhense que se enquadra na condição de sertão esteve atrelado ao modo de vida ligado às atividades e aos afazeres da lida do gado e suas correspondências. A carne de “sol” e o “couro seco” foram subprodutos dos mais circulantes e importantes itens comerciais. Portanto, é comum encontrarmos vestígios dessas heranças culturais em várias áreas desse imenso sertão. Aqui, em particular, refletimos de modo geral sobre aspectos dessa cultura do couro e relatamos como um estudo de caso reminiscências dessa cultura nos arredores do município de Campestre do Maranhão, um caso específico de manifestação de cultura imaterial. Há nesse caso um *modo de fazer* pelas mãos de um sertanejo que curte couros de boi com casca de angico, de forma simples e individual. Nosso objetivo é descrever esse *modo de fazer* enquanto cultura imaterial, com base numa pesquisa bibliográfica, complementada com a pesquisa de campo: através de fontes bibliográficas sobre a cultura sertaneja e seus legados duradouros e a observação direta com o objeto de estudo e o sujeito envolvido na pesquisa de campo, num período imediatamente anterior à pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Sertão maranhense; Cultura do Couro; Modo de fazer.

COUNTRY HERITAGES OF THE “LEATHER CULTURE” IN THE TOCANTINA MARANHENSE REGION

ABSTRACT: Our study takes place in the Tocantina region of Maranhão, the “last” hinterland colonized by the cattle ranching expansion front, in the East-West direction, through the interior hinterlands via cowboys from Casa da Torre da Bahia. In general, the region corresponding to the center-south of Maranhão territory, which falls under the condition of sertão, was linked to the way of life linked to activities, and the tasks of dealing with cattle and their correspondence. Sun meat and “dried leather” were by-products of the most circulating and important commercial items. Therefore, it is common to find traces of these cultural heritages in various areas of this immense hinterland. Here, in particular, we reflect in general on aspects of this leather culture and report as a case study reminiscence of this culture in the surroundings of the municipality of Campestre do Maranhão. A specific case of manifestation of intangible culture. In this case, there is a way to do it by the hands of a countryman who enjoys beef hides with angico bark, in a simple and individual way. Our objective is to describe this way of doing things as intangible culture, based on bibliographical research, complemented with field research: through bibliographical sources on country culture and its lasting legacies and direct observation with the object of study and the subject involved. In field research, in a period immediately prior to the Covid-19 pandemic.

Keywords: Sertão Maranhense; Leather Culture; Way of doing.

INTRODUÇÃO

O termo (c) sertão, no início do século XVI, quando

da colonização portuguesa, foi bastante citado nos manuscritos de cronistas e nos relatos de viajantes. Nas primeiras décadas do século XIX o termo é assinalado no **Dicionário da Língua Brasileira** de 1832, escrito por Luiz Maria da Silva Pinto que o destaca com a seguinte designação: “(C) SERTÃO. *s.m.* - ões no plur. O interior das terras. Mata distante da costa marítima. Sertão da calma, o lugar, onde ella he mais intensa” (Silva Pinto, 1832, p. 124). Faz-se importante ressaltar que desde quando o termo começou a ser empregado pelos cronistas pioneiros, já trazia a concepção de terras interioranas, espaços distantes de centros urbanos e, de modo geral, se manteve até então. Conforme Alcântara Machado, em **“Vida e morte do bandeirante”**, a palavra sertão já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, onde o retrata como o centro solar do mundo colonial, já compreendido como espaço desconhecido, atraente e misterioso, que já despertava desde sempre a busca pelo desbravamento e a aspiração do enriquecimento acelerado e fácil (Machado, 1943).

O sertão a que nos referimos é o que abrange toda a parte do centro ao Sul do território maranhense e que foi concebido pela primeira vez pelo militar luso-brasileiro Francisco de Paula Ribeiro em seu relato de viagem intitulado **Descrição do Território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão** (1874), produzido em 1819. Esse experiente viajante a serviço da Coroa portuguesa compreendeu a ideia de o Maranhão possuir duas *porções* do ponto de vista geográfico e cultural. A primeira, a *porção* a Norte, com fortes influências da colonização pelo litoral até aproximadamente ao centro do território e; a segunda, a *porção* sertaneja que corresponde do centro ao Sul do território, com alcances da frente da criação de fazendas de gado, que ele denominou de *Sertão dos Pastos Bons*. Ribeiro viveu, nesse sertão, por mais de duas décadas, e registrou três importantes escritos

memorialistas e um mapa, e aqui chefiou tropas a serviço da Coroa portuguesa como viajante que desbravou as fronteiras ao Sul da então Capitania do Maranhão.

A região sertaneja maranhense nos séculos XIX e XX foi fronteira de colonização pelas fazendas de gado advindas da Bahia por intrépidos vaqueiros da “Casa da Torre”, via território piauiense na divisa com o Rio Parnaíba. Por aqui, na região centro-Sul foi estabelecida uma “civilização dos currais”, na ótica de Antonil¹¹ ou “civilização do couro” na perspectiva de Abreu¹². O couro foi produto exportação para as regiões do Goiás e do Pará. Mas, isso foi coisa do passado e hoje consagra-se como polo coureiro, pelos seus curtumes industriais. Manusear o couro em curtume individual e de forma rudimentar é para pouquíssimos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial em seus artigos 205 e 216. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável por zelar do Patrimônio Cultural Brasileiro. Conforme o IPHAN os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O modo de fazer através da arte de curtir e manusear o couro de gado de forma artesanal é uma genuína expressão do patrimônio cultural imaterial que (re)significa impor-

11 ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

12 ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

tâncias para uma identidade sertaneja, que ainda persiste na região com uma vigorosa valorização por diversas pessoas. Aliás, uma das características do patrimônio imaterial é a transmissão de geração a geração, assim elas são constantemente recriadas pelas comunidades, que interagem com a natureza e com sua história, daí gera um sentimento de identidade e continuidade. Esse e outros patrimônios culturais trazem uma importância significativa para a formação da nossa identificação sertaneja ainda remanescente.

Tradição na arte de curtir couro como *modo de saber-fazer* em Campestre do Maranhão

O município de Campestre do Maranhão é atravessado ao meio pela rodovia Belém-Brasília, por ele passa o Rio Tocantins e a Ferrovia Norte Sul. Possui pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), uma área de 615,38 Km² e uma população de 12.301 habitantes e sua área encontra-se totalmente no Bioma Cerrado.

Sua área é quase que cercada de um quadrilátero fluvial, pois se estende do rio Lajeado ao riacho Natividade e, do riacho Água boa ao rio Tocantins. Ganhou autonomia política e administrativa a partir de 01/01/1997, antes era distrito do município de Porto Franco. Localiza-se no bioma cerrado e de acordo com dados de sua história consta na página do IBGE que, nos anos 1950, era densa mata (baixadas verdejantes), com destaque para os babaçuais. Já foi chamado outrora de “Retiro” - um seguro com abundância de água para salvar o gado, visto que era rota dos caminhos do gado.

Esta região teve como ocupação pioneira de colonização a frente agropastoril. O gado foi uma das primeiras atividades comerciais, mais do que isso foi inserido na cul-

tura dos habitantes pioneiros e do gado, por seus derivados aproveitava-se quase tudo. E por causa do gado que artefatos de couro são necessários e extremamente úteis em prol de sua lida. Os arreios, a cela, para o preparo da montaria e, as perneiras, o chapéu e a bota entre outros para o vaqueiro, são indumentárias das mais visíveis e importantes. Em toda a região do sertão o manejo com o gado faz parte do cotidiano do homem sertanejo. Por consequência, em todo esse vasto sertão artesãos criativos, chamados de modo geral de coureiros, fizeram da manipulação do couro para a fabricação de toda a tralha do vaqueiro, uma atividade fundamental.

No entanto, o “destaque” econômico e agroexportador que é dado ao município de Campestre é pelo fato de ter instalado em sua área rural a Maity bioenergia S/A, agroindústria canavieira, desde meados de 1985. Uma empresa do agronegócio que segundo dados do próprio site na internet, já chegou a gerar, quando da colheita manual da cana, em torno de 2.000 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos, e que possuiu área plantada de, aproximadamente, 12.000 hectares de cana-de-açúcar. Possui uma capacidade instalada de moagem para 800.000 ton./ano com produção estimada em 2 milhões de M³ de etanol e 2,5 milhões de sacas de açúcar. E que traz inúmeros paradoxos no âmbito do desenvolvimento regional sustentável, apesar de defender tal premissa. O que acaba pesando nas relações socioeconômicas e ambientais é a sua produtividade e relação de poder na região e, especialmente, no município de Campestre.

Mas nem só de agronegócio viveu (ou vive) Campestre, há saberes sertanejos tradicionais mantidos, há o despertar de segmentos sociais que começam a despontar. Há a persistência do artesão-coureiro Nadir da Silva Pereira, perto dos oitenta anos, “lavrador nas horas vagas” e artífice na arte de manipular o couro, sobretudo, bovino. O seu

saber nessa lida aprendera com o pai, nos anos 1950. Seu Nadir, como sempre foi conhecido (Seu é uma forma abreviada de Senhor, tratamento muito conhecido em região sertaneja), viveu com seu pai, mãe e irmãos e irmãs, numa área rural conhecida como fazenda Sítio do Meio, região de Passagem Boa (alusão à boa passagem de vaqueiros e tropeiros). Essa área rural, durante algum tempo pertenceu ao município de Montes Altos até o final de 1996, quando a partir daí passou a ser jurisdição do município de Lajeado Novo, todos municípios circunvizinhos.

Ali nessa área rural trabalhou junto ao pai, Vitorino Canela e seus irmãos, cuidando de um modesto rebanho bovino, na lavoura, num rudimentar engenho de cana-de-açúcar (conhecido popularmente na região por alambique) e colaborando no pequeno curtume, onde desde essa época, aprendeu a utilizar a casca da árvore angico do cerrado, árvore que contém em suas cascas uma substância química conhecida como *tanino* vegetal ou natural, segundo Paes *et al.* (2006, p. 232) “são constituídos por polifenóis e classificados quimicamente em hidrolisáveis e condensados”. Aprenderam com os antepassados que as cascas serviam para avermelhar o couro sem, contudo, terem consciência das propriedades químicas presentes nas cascas do angico. Seu pai foi um exímio fazedor de arreios para carroças, na época um dos principais meios de transportes para utilização de cargas.

Em novembro de 1977 Seu Nadir vem morar em Campestre e trabalhar na lavoura com roças de arroz, feijão, milho e mandioca. Com o passar dos tempos as terras foram ficando escassas e distantes para o plantio na condição de meeiro. A partir de 1985 se instala na região a Caiman (atual Maity), e as terras foram sendo arrendadas, quando não compradas para o monocultivo da cana. Em 1990 com a família já numerosa, resolve operar na arte de

manipular o couro, adquire uma pequenina propriedade na época afastada da cidade, próximo ao brejo buritizal (que deságua no Rio Tocantins). Ali constrói seu curtume simples, como costuma chamar. No seu pequeno curtume coberto de folhas de palmeira (palhas) babaçu, dois pequenos tanques feitos de cimento, abrigam a água para curtir o couro. Só que a água do brejo é transportada de balde para os tanques na mão, o leito do riacho é preservado por ele, bem como a vegetação nativa do cerrado que o circunda. Afinal, deles depende fundamentalmente: da vegetação vem o angico do cerrado e do brejo a água.

Hoje o cenário é outro, o curtume que era afastado da área central, foi loteado e hoje é o bairro Alfredo Santos, mas é conhecido de todos de “sapolândia”, alusão à quantidade de sapos nas proximidades do brejo e dos densos buritizais. O angico de que só utiliza as cascas e que sempre soube retirá-las para manter viva a árvore, renovando naturalmente sua casca num breve espaço de tempo, também o preocupa. Busca-o agora junto a amigos que cortam a árvore e sabem que somente ele trabalha com a casca, o cedem de bom grado. O riacho que outrora era caudaloso e servia de ponto para banhos e até para pesca, hoje não passa de um filete de água que insiste teimosamente em seguir sua trajetória. Fato esse, que o deixa muito triste quanto às incertezas sobre os bens da natureza ali.

O outrora, onde é o bairro instalado, era uma área de colocar animais (era a conhecida “quinta” do Valdecir) para pastagens. No entanto, com as poucas oportunidades de terra, o município recebeu camponeses vindos dos arredores e já há casas e moradores beirando o brejo e o buritizal, bem perto do pequenino curtume a cerca de menos de 30 metros. Seu Nadir teme pela depredação da natureza, é possível constatar lixo jogado a “céu aberto” nas proximidades. Há cerca de 10 anos mora a poucos metros do

seu pequeno curtume com sua pequena oficina que recebe clientes e amigos o dia inteiro vindos de vários povoados da região, é um personagem bastante conhecido. Seu local de trabalho é bastante simples, caseiro no seu entender, não há identificação nominal ou registo junto a órgãos de direito do município. Porém, sua fama de bons serviços ligados ao couro (faz desde bainha de facas e facões, consertos de botas, conserto e reposição de peças em arreios, etc.) é garantida, graças à transmissão oral de seus clientes e amigos. Bem como, pelo seu baixo preço cobrado, sendo que nas mais das vezes não cobra nada pelos seus préstimos. Sua principal intenção é manter vivo um saber tradicional, já há muito relegado ao sabor da modernidade industrial. Outro fator importante do momento desses consertos é a interação com os sertanejos, trabalhadores e lavradores que ficam por horas a conversar, trocar ideias, contar seus causos e histórias de vida. Nesses papos soam sonoras gargalhadas e brincadeiras entre eles. O espaço de consertos de couros é uma verdadeira “terapia laboral”. Para os momentos sozinhos, há sempre a companhia inseparável do velho “rádio de pilha” sempre sintonizado em programas caboclos, com muita música sertaneja raiz e noticiários do Brasil.

Numa palhoça simples, coberta e cercada por paredes de palhas de palmeira babaçu e com dois tanques de cimento, nas proximidades do riacho Zeca Macedo, mais conhecido como brejo buritizal está localizado o curtume do senhor Nadir. Em frente há suportes feitos de paus fincados um metro acima do chão onde ficam as cascas de angico, um pouco do lado ficam dois varais feitos de pedaços de madeiras onde são estendidos os couros ao sol.

Um dos tanques, o menor deles, serve para deixar de molho num primeiro momento couro seco e com pêlo em água limpa com uma pequena porção de soda cáustica. A água limpa que utiliza é a do brejo por meio de baldes não

ocasionando assim nenhum impacto ao mesmo. Num segundo momento esse couro é lavado e colocado entre quatro e cinco dias em soda fraca, no mesmo tanque, para que após esse tempo, sejam puxados os pêlos do couro. Depois disso ele raspa os resíduos dos pêlos e lava bem para sair também qualquer presença da soda.

No terceiro momento desse processo e mais importante, conforme Seu Nadir, a casca do angico já “machucada”, quebrada em pequenos pedaços é colocada também em água limpa com os couros para segundo ele dar a coloração vermelhada. E fica nesse processo por cerca de trinta a quarenta dias de molho, sendo que de quatro em quatro dias os pedaços dos angicos são trocados por outros. Também a cada dia é necessário fazer uma mexida com uma vara para segundo ele “entranhar” mais ainda a substância (tanino) contida no angico passando para o couro. Seu Nadir afirma que o segredo do couro artesanal, macio e fácil de manipular, sem deixar nenhum mau cheiro é, o ato das trocas constantes dos pedaços quebrados de angico no couro curtido na água ao longo de uma quarentena. Tudo esse processo que Seu Nadir realiza com cuidado e muito carinho é alternado com as horas felizes que passa na sua oficina, sempre de bom humor e com uma prosa recheada de sabedoria popular. Por falar em sabedoria popular: Seu Nadir é um usuário das tradicionais “garrafadas” (composto de folhas, raízes ou até frutos do cerrado, imersas geralmente em água), considerados como “remédios caseiros” nelas sabe a cura para diversos males.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes tradicionais realizados por Seu Nadir em seu curtume ecológico, traduzem um *saber fazer* na dimensão imaterial e uma atividade que sobrevive por abne-

gados amantes da natureza, que insistem em manter, em voga, costumes e ofícios já bastante raros. A preservação e conservação da natureza, a valorização do *saber fazer*, das identidades, dos patrimônios sociais e naturais fazem parte dessa rede de solidariedade e cooeração que emana de territorialidades de pertencimento. Com a saúde abalada, Seu Nadir seguiu em 2022 para cuidados especiais junto à maioria dos filhos e filhas, na cidade de Aparecida de Goiânia. Seu legado no sertão maranhense por décadas não será apagado. Fica a valorização da biodiversidade, a contribuição de uma comunidade mais justa e ecológica e, o arranjo do *saber fazer* na arte de manipular o couro e as reminiscências de uma cultura sertaneja que resiste, não sabemos até quando.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

CARTILHA. **Território Rural do Cerrado Amazônico Tocantino**. Imperatriz: Ética, 2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/campestre-do-maranhao/historico>. Acesso em: 09 fev. 2024.

MACHADO, A. [1929] **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1943.

PAES, J. B.; DINIZ, C. E. F.; MARINHO, I. V.; LIMA, C. R. de. Ava-

liação do Potencial Tanífero de Seis Espécies Florestais de Ocorrência no Semi-Árido Brasileiro. **Cerne**, Lavras, v. 12, n. 3, p. 232- 238, 2006.

RIBEIRO, F. de P. Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedade de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos e estado atual dos seus estabelecimentos. Pelo major graduado Francisco de Paula Ribeiro no ano de 1819. **Revista Trimestral de História e Geografia**, Rio de Janeiro, IHGB, v. 12, t. 5, p. 41-86, 1874.

CAPÍTULO 4 - MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA E O PROTAGONISMO FEMININO NA COMUNIDADE VIVA DEUS

César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Prof. Dr. em Ciências Políticas
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6011-9527>
E-mail: cesarpolitika@gmail.com

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade
Federal do Maranhão(UFMA)
<https://orcid.org/0009-0005-4656-5538>
E-mail: jeanviana40@gmail.com

RESUMO: No decorrer do processo histórico social e político, as mulheres que insurgiram contra o conceito do *“eterno feminino”*, idealizado a partir da conjuntura patriarcal, enfrentaram inúmeros desafios. Este artigo possui como objetivo principal compreender como o processo constituído, a partir da Educação Popular, na Comunidade Viva Deus - MA, encorajou o protagonismo feminino das acampadas. Com o aporte teórico dos ensinamentos freirianos (1987), reconhecemos a Educação Popular como um modelo educacional que contribui para o encorajamento das personagens assumirem um papel de protagonismo. Metodologicamente, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa em que trabalharemos com a reconstituição histórica e a revisão bibliográfica dos principais elementos para a compreensão do objeto, igualmente refletirá o trabalho desenvolvido mediante pesquisa-ação. Como resultado de pesquisa o trabalho de alfabetização e formação política provocou, nas mulheres da comunidade, um movimento de reflexão

crítica e práxis política.

Palavras-chaves: Conflito agrário; Educação Popular; Consciência de classe; Protagonismo feminino.

FIGHT FOR LAND MOVEMENT AND FEMALE PROTAGONISM IN THE VIVA DEUS COMMUNITY

Abstract: During the social and political historical process, women who rebelled against the concept of the “eternal feminine”, idealized from the patriarchal situation, faced numerous challenges. This article’s main objective is to understand how the process created from Popular Education, in the Viva Deus Community - MA, encouraged female protagonism in campers. With the theoretical contribution of Freirian teachings (1987), we recognize Popular Education as an educational model that contributes to encouraging characters to take on a leading role. Methodologically, it will be qualitative research in which we will work with the historical reconstitution and bibliographical review of the main elements for understanding the object, it will also reflect the work developed through action research. As a result of research, the work of literacy and political training provoked a movement of critical reflection and political praxis among women in the community.

Keywords: Agrarian conflict; Popular Education; Class consciousness; Female protagonism.

INTRODUÇÃO

Os conflitos envolvendo disputas de terras, no Brasil, estão marcados em nosso passado colonial, momento histórico no qual grandes latifundiários detinham a maior parte

das áreas produtivas no campo. De modo que, o avanço do capitalismo brasileiro sedimentou seu domínio nas relações do trabalho assalariado, utilizando artifícios perversos que se alimentam das velhas práticas pré-capitalistas, quais sejam: o meeiro, o morador, o arrendatário, dentre outros, gerando riquezas e perpetuando o processo de exploração e opressão das comunidades do campo, de acordo com o pensamento leninista:

A classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital, por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo (Braz, 2015, p. 75).

O despertar da consciência crítica contribui fortemente para impedir a subjugação das(os) sujeitas(os) do campo diante da estrutura econômica capitalista, sendo que *“a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”* (Braz, 2015, p.76). No transcurso da história camponesa brasileira, as Ligas Camponesas¹³ na década de 1950, contribuíram para a criação dos movimentos sociais da nossa atualidade, tais como: 1) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2) Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), 3) Comissão Pastoral da Terra (CPT) e 4) Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), dentre outros.

13 As ligas assim conhecidas foram precedidas de alguns movimentos de natureza idêntica que, em virtude do seu isolamento, não tiveram a mesma repercussão social e política. O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas teve início, de fato, no engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão nos limites da região conhecida como Zona da Mata de Pernambuco. Disponível em <https://www.ligascamponesas.org.br>. Acessado em: 04/03/2024.

Diante do comprometimento social, político e cultural desses movimentos de luta e resistência, entendemos que seria importante firmar parcerias para fortalecer as atividades no “Projeto Escola Comunidade Viva Deus”, desenvolvido pelo Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular (GEPEEP)¹⁴ em duas frentes de trabalho: 1) alfabetização de jovens e adultos e 2) a formação política. Com base na práxis educativa da “Educação Popular”, de Paulo Freire também nos conceitos cunhados pelo autor como o Círculo de Cultura, as *situações-problemas-desafios* e a Palavra Geradora.

Mediante o exposto, o objetivo principal deste artigo é compreender como o processo constituído a partir da Educação Popular, na Comunidade Viva Deus, encorajou o protagonismo feminino das acampadas. Logo, dividiremos nosso artigo nos seguintes momentos: 1) reconstituição espacial do universo de pesquisa da comunidade, bem como o conhecimento acerca das agentes envolvidas e os conflitos inerentes na luta pela conquista da terra e território e 2) apresentação da personagem, sua história de vida, formação e protagonismo. No tocante à metodologia, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica dos principais elementos para a compressão do objeto.

CONHECENDO A COMUNIDADE VIVA DEUS

As(os) trabalhadoras(es) da comunidade estão desde 2003 acampadas(os) na área denominada Fazenda Eldorado, situada às margens da rodovia MA-386, conhecida como Rodovia Padre Josimo Tavares (Estrada do Arroz), localizada

14 O Projeto Escola Comunidade Viva Deus é desenvolvido pelo Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão em Educação Popular (GEPEEP), coordenado pela Profa. Dra. Betânia de Oliveira Barroso do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus centro na Cidade de Imperatriz Maranhão.

a 43km do município de Imperatriz-MA, vivendo de forma precária e sem amparo dos entes governamentais (municipal, estadual e federal).

O histórico de luta percorrido pela Comunidade Viva Deus tem base na política agrícola e fundiária da Reforma Agrária, descrita no capítulo III, art. 184 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nesse contexto, são inúmeros os enfrentamentos com a Empresa Suzano Papel e Celulose, que detém o direito de exploração das terras em litígio. Situação que gerou inúmeros sinistros para a comunidade, tais como: fogo na plantação, envenenamento de córregos e a ausência de energia elétrica e água.

Nos referimos a uma área declarada de interesse social para fins de reforma agrária, no governo da Presidenta Dilma Rousseff. Através de Decreto¹⁵ contemplando 110 famílias, entretanto, enfatizamos que com o golpe de 2016 o Decreto está engavetado até o presente momento. Em face dos desafios apresentados, os educadores do Projeto Escola Comunidade Viva Deus, com base nos pressupostos da Educação Popular, firmaram parceria com MIQCB e MST para fortalecer o trabalho de conscientização política e de classe.

No tocante à Educação Popular, de acordo com a obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), Paulo Freire nos ajuda a entender mais sobre a vivência dos sujeitos através da valorização do universo vocabular das(os) alfabetizandas(os), logo a “palavra geradora” assume importante função no processo de conscientização, encorajamento e protagonismo destas mulheres.

15 DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, situado nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão. A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, decreta no Art. 1º: Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, situada nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão. (Processo INCRA/SR-12/nº 54234.000089/204-21). Fonte: arquivo do GEPEEP.

Essas palavras, oriundas do próprio universo vocabular do alfabetizando, uma vez transfiguradas pela crítica, a ele retornam em ação transformadora do mundo. [...] Estas palavras são chamadas geradoras porque através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras (Freire, 1987, n.p.).

Durante o processo de alfabetização, notamos que as mulheres da comunidade apresentaram um salto qualitativo nas discussões concernentes as *situações-problemas-desafios*, guiando as discussões, sinalizando os problemas e as possíveis soluções, assim, realçando que somente com dialogicidade e união coletiva poderiam chegar ao objetivo final da luta: a posse da terra e do território. Isto posto, assumir esse protagonismo é exercer outra concepção de “poder”, sendo um processo que fomenta as condições e possibilidades de autodeterminar suas próprias vidas.

Simone de Beauvoir (1970) afirma que “*o patriarcado sempre deteve os padrões necessários para se manter no controle da vida social*”, deixando as mulheres reféns da dependência masculina que retirou do gênero feminino as condições necessárias para uma ascensão igualitária. De acordo com a autora:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. Esta condição servia

os interesses dos homens, mas convinha também a suas pretensões ontológicas e morais (Beauvoir, 1970, p. 179).

Portanto, o protagonismo atua na contramão da definição social do papel da mulher, sendo o *Ser* que está à margem é o *Outro*. Beauvoir afirma que:

[...] a mulher se determina em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (Beauvoir, 1970, p. 10).

Pode parecer simples a ação de uma mulher se levantar em meio a uma reunião em que os homens têm a palavra. Logo, a partir de ações simples como aprender a ler e escrever, elas se levantaram para dizer a sua “palavra” no Círculo de Cultura e nas reuniões/assembleias realizadas na Associação de Agricultores Rurais da Comunidade Viva Deus¹⁶.

Entre os perfis de mulheres analisados, destacamos Dona Zenilde, Zizi, Analina e Eunice, justamente por se sentirem encorajadas para dizer a sua “palavra”. A liderança Rosalva Gomes (MIQCB), colaborou diretamente na construção das atividades de formação política, fomentando a participação destas sujeitas nos encontros regionais e oficinas de artesanato, por conseguinte, promovendo a socialização com outras comunidades já assentadas, consequentemente,

16 A Associação de Agricultores Rurais Viva Deus, foi fundada em 13 de setembro de 2009, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a finalidade de ter o controle dos pretensos assentados no Projeto de Assentamento Viva Deus. Fonte: arquivo GEPEEP.

trazendo novos aprendizados que qualificam as estratégias de luta, resistência e valorizam a produção agrícola familiar e o Bem Viver¹⁷.

De acordo com o delineamento já enfatizado, no âmbito histórico e social, as mulheres foram aprisionadas em diversos mitos (a fragilidade, o cuidado e a delicadeza), consequentemente, fortalecendo o conceito do “eterno feminino”. Continuando o diálogo com Beauvoir:

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. [...], mas não é ele tampouco que basta para a definir (Beauvoir, 1970, p.57).

Isso posto, entendemos que a educação de perspectiva popular é um ato político, pois corrobora com a emancipação das sujeitas. Não obstante, apesar das contestações dos que defendem não ser papel do educador tratar de política na escola, Paulo Freire na obra *Educação e Mudança* (2013), enfatiza que é um “dever” do educador, haja vista que a educação é “um ato político”.

O PROTAGONISMO FEMININO NA COMUNIDADE VIVA DEUS

Dona Zenilde é uma das personagens da nossa pesquisa durante as atividades de alfabetização e formação política no projeto Escola Comunidade Viva Deus. Uma mulher

17 [...] O Bem Viver, se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam apresentar. (Acosta, 2016, p.23).

que sempre demonstrou interesse em compreender as questões que afligem as moradoras da comunidade, igualmente, de sua própria vida. Vivência carregada de desafios como podemos constatar a seguir:

Eu nasci em uma cidade chamada de Bertolândia, no Piauí, desde oito anos de idade eu já trabalhava nas casas alheias, cuidava de criança, cuidava da casa aí passava um tempo eu voltava para casa. Meu pai não queria que a gente andasse assim pelas casas. Mas ele sabia que a gente tinha a necessidade de aprender a ler, com isso as pessoas chegavam lá em casa dizendo “me dê sua filha pra ir morar comigo que eu vou botar ela pra ler, vou botar na escola e ensinar a costurar”, o povo inventava uma porção de história e meu pai querendo o melhor para nós deixava ir (D. Zenilde Silva, 2020).

O relato de Dona Zenilde demonstra a cruel realidade vivenciada por meninas em nosso país. Com o passar do tempo e sem a perspectiva para melhorar de vida, a jovem decide se casar aos dezesseis anos conforme podemos ver na reflexão a seguir:

Eu passava o tempo todo cuidando da casa alheia, cuidando de menino, fui babá, fui doméstica e fiquei nessa vida dos oito anos de idade até os dezesseis anos. Por isso eu me casei com ele, eu só tinha dezesseis anos. Naquele tempo quando eu casei, você já não é mais criança, você começa a lutar cedo, você não tem brincadeira, você não tem infância. (D. Zenilde Silva, 2020).

Mesmo com tantas lutas, a oportunidade de estudar ocorreu somente na fase adulta ao chegar na cidade de Imperatriz, em 1970. Porém, ao entrar na escola a “peleja” foi grande pela dificuldade de aprender o acento das palavras, problema que provocou nesta sujeita o medo de ler em público e diz:

Eu já era adulta, foi a Bia que me ensinou na Escola Urbano Rocha, meu nome eu já sabia, pelejando lá quando eu era menina, meu problema de aprender é com aquela coisa de acento e se me pede pra ler eu fico com medo. Só sei ler para dentro, pra mim (D. Zenilde Silva, 2020).

Em vista das adversidades enfrentadas por Dona Zenilde, portanto, é possível compreender as razões que a provocaram no sentido de querer voltar a estudar e adquirir conhecimento para transformar a própria realidade e a dos seus companheiros. Nesse processo de retomada dos seus estudos, a partir do projeto Escola Comunidade Viva Deus, Dona Zenilde recebeu o certificado de alfabetizada na primeira etapa do Projeto de Pesquisa e Extensão: A Formação de Alfabetizadores(as) da Educação de Jovens e Adultos da Zona Rural de Imperatriz – Projeto Escola Comunidade Viva Deus em 2017.

Este sentimento de transformação da realidade vivenciada a levou, em 2020, a se candidatar a vereadora da cidade de Imperatriz pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), alcançando a votação expressiva de 23 votos¹⁸. Dona Zenilde foi para disputa eleitoral com o lema: *“Minha luta é em defesa das mulheres do campo e da cidade”*. Este movimento revolu-

18 Fonte: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/imperatriz>. Acessado em: 15/ 03/2024.

cionário em sua vida iniciou e foi provocado pela Educação Popular e (re)afirma a frase de Paulo Freire “*a educação é um ato político*”, visando promover o encorajamento e protagonismo das sujeitas em suas comunidades.

Assim, com perseverança, luta e resistência Dona Zenilde continua atuando coletivamente pela conquista da terra com a entrada do caso Comunidade Viva Deus, no Tribunal dos Povos (TPP)¹⁹, na condição de caso complementar. Na audiência final do TPP, ela, em parceria com outro companheiro, estivera em Goiânia no estado de Goiás para representar o caso da Comunidade Viva Deus.

Nesse cenário, portanto, podemos aquilatar, mediante o diagnóstico, ao longo do artigo, a necessidade e a importância de se pensar uma educação conscientizadora que respeite as vivências, assim como os saberes das diversas comunidade e povos tradicionais que constituem o nosso país.

Finalizando, é com base nesta tomada de consciência e socialização de desejos comuns que as mulheres do campo se organizaram para continuar produzindo seu próprio alimento, preservando a vida, as espécies e a natureza, além disso, com o acúmulo de experiências trabalham dentro dos movimentos sociais um modelo novo de desenvolvimento. Nessa empreitada, visam a um projeto popular de agricultura com viés na agroecologia, do mesmo modo, com a preservação da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

19 Em novembro de 2019, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado uma articulação de 56 movimentos e organizações sociais, peticionou ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP) para a realização de uma Sessão Especial para julgar o crime de ecocídio contra o Cerrado e o genocídio de seus povos. Fonte: <https://tribunaldocerrado.org.br/>. Acessado em: 15/03/2024.

Conforme exposto ao longo do texto, as disputas pela posse da terra desencadeiam diversas opressões que afetam diretamente as populações rurais, considerando que durante o processo histórico que envolve tais conflitos está marcado por violências extremas que ocasionaram a perda da vida dos que ousaram se levantar contra essa lógica genocida do acúmulo de terras no Brasil.

No tocante a participação das mulheres, em todo o processo de conquista da terra e do território, temos um enfoque cerceador da liberdade no sentido mais restrito que o conceito liberdade possa representar, pois estas sujeitas são aprisionadas em uma construção social e patriarcal que tenta impedi-las de somar, de forma igualitária, na luta que, sem dúvida, pertence tantos aos homens quanto as mulheres.

O esforço metodológico e prático desenvolvido, através da Educação Popular, com base no postulado deixado por Paulo Freire, é fundamental para o processo de conscientização das sujeitas que, além de lutar pela conquista da Reforma Agrária, também batalham pelo reconhecimento da sua potencialidade enquanto sujeita com capacidade e força para alcançar seus objetivos. Ou seja, numa sociedade classista que garante as escolas tradicionais, uma educação engessada é, imprescindível, apresentar para a sociedade outro viés educacional que apresente possibilidades de emancipação das (os) sujeitas (os).

Realçamos, nesse cenário, o cuidado com a terra numa perspectiva de proteger a biodiversidade e as culturas que representam os povos do campo, ribeirinhos, povos das águas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu e a agricultura familiar, povos fundamentais para garantir a nossa existência no mundo. Finalizando, conscientizar e despertar a criticidade nas sujeitas da Comunidade Viva Deus é um exemplo de luta e resistência diante das adversidades enfrentadas há décadas de acampamento, pois o ataque do capital internacional, nas terras da Estrada do Arroz, na cidade

de Imperatriz, no estado do Maranhão, não é um fato isolado. Ou seja, esse avanço do capital é uma realidade em diversos países no mundo, especialmente, o cultivo da monocultura no caso da Empresa Suzano Papel e Celulose, que mesmo dando incentivos contraditórios para a produção das comunidades tradicionais, por razões óbvias, continuam com a sua política de destruição da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 1ª edição. São Paulo: Editora Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 258.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo, ensaios filosóficos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p. 935.

BRAZ, M. Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “*Que Fazer?*” ANDERSON, A. D. *et al* (Org.). **Lenin**: teoria e prática revolucionária. São Paulo/Marília: oficina universitária, Cultura Acadêmica, 2015. p. 57-82.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. p.53.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 110.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. 17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 253.

LINKS ACESSADOS

Eleições 2020 no Maranhão. <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/impe-ratriz>>. Acessado em: 15/03/2024.

Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. <<https://www.ligascamponesas.org.br>>. Acessado em: 04/03/2024.

Senadonoticias. <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acessado em: 11/04/2024.

Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado. <<https://tribunaldocerrado.org.br/>>. Acessado em:14/03/2024.

CAPÍTULO 5 - A FAMÍLIA CORTEZ MOREIRA E OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS HISTÓRICOS DE IMPERATRIZ MARANHÃO

Fernando Santos Cunha Filho

Graduando de pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão
(UFMA – Imperatriz)

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz

E-mail: nandao141162@gmail.com

Rosana Ferreira Barros

Mestra pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Imperatriz)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1597264887069057>

E-mail: rosana.barros@ufma.br

RESUMO: O presente artigo aborda a importância do acervo fotográfico da família Cortez Moreira como um instrumento de memória e de preservação da história de Imperatriz. O objetivo é tornar público o acervo privado e que faz parte da memória imagética da cidade, que ao ser digitalizado facilita a conservação e a divulgação do material. Como conclusão, o estudo tem por objetivo estimular o estudo de fotografias históricas, além de facilitar que as fotografias aqui apresentadas, possam ser utilizadas em pesquisas futuras.

Palavras-chaves: fotografia; álbuns de família; memória; Cortez Moreira; Imperatriz.

THE CORTEZ MOREIRA FAMILY AND THE HISTORICAL PHOTOGRAPHIC RECORDS OF IMPERATRIZ MARANHÃO

ABSTRACT: This article addresses the importance of the Cortez Moreira family's photographic collection as an instrument of memory and preservation of the history of Imperatriz. The objective is to make the private collection public, which is part of the city's image memory, which, when digitized, facilitates the conservation and dissemination of the material. In conclusion, the study aims to encourage the study of historical photographs, in addition to making it easier for the photographs presented here to be used in future research.

Keywords: Photography; Family albums; Memory; Cortez Moreira; Empress.

INTRODUÇÃO

A fotografia é tida como uma das mais espetaculares invenções do homem. A câmera fotográfica, a forma de fotografar e visualizar as imagens vem se aperfeiçoando à medida que a tecnologia avança. Sontag (2004) expressa que o resultado mais extraordinário de fotografar é ter a sensação de que podemos reter o mundo inteiro na nossa cabeça e que colecionar fotografias é como colecionar o mundo.

Para a autora, as imagens fotográficas são miniaturas da realidade que qualquer pessoa pode fazer ou adquirir e um belo exemplo disso são os álbuns de família. De acordo com o Manual de Catalogação de Documentos Fotográficos (1997) a definição de álbuns fotográficos é um conjunto de folhas reunidas antes ou depois de nelas serem fixadas imagens fotográficas. Neste álbum pode ser acrescentado as legendas ou informações que contribuam para a contextualização das fotografias.

Quando tiramos fotos com familiares e amigos, temos

a percepção de que a imagem é algo individual e íntimo, porém o que parece próprio da pessoa é na verdade um fenômeno coletivo e social (Felizardo; Samain, 2007). A fotografia nesse contexto é para Rendeiro (2010), um documento que legitima e celebra nossos ritos pessoais. Ela se torna um elemento constitutivo de memória.

Pollak (1992) define memória individual como acontecimentos vivenciados pelo indivíduo e memória coletiva como acontecimentos que são vivenciados pelo grupo a qual a pessoa pertence, pela comunidade ou local a qual ela é inserida. Nesse contexto, as fotografias que tiramos, sejam individuais ou coletivas, se tornam um documento. “As pessoas envelhecem e morrem, os objetos e equipamentos se modificam ou se deterioram com o tempo. O que resta é a fotografia, o que nela ficou registrado se materializa e se imortaliza” (Felizardo; Samain; 2007, p. 218). Geralmente esse acervo fotográfico fica eternizado nos álbuns de família.

Os álbuns fotográficos surgiram a partir da necessidade de organizar as coleções, pois com a ascensão da burguesia, o barateamento da fotografia e os inúmeros cartões postais, houve um aumento na produção e o acúmulo de imagens (Sá; Damasceno, 2023). Desse modo, os álbuns tornaram-se arquivos que necessitam ser sistematizados e organizados de forma a conter informações que são relevantes para o grupo familiar.

As fotografias familiares são bens que passam de geração para geração. No presente estudo será avaliado parte do acervo fotográfico da família Cortez Moreira, uma das primeiras da cidade de Imperatriz - Maranhão. Entre os membros dessa família tivemos o empresário Simplício Alves Moreira que foi vereador entre 1928-1930 e prefeito da cidade entre os anos 1948 e 1951, com um segundo mandato entre os anos de 1951-1953. Um de seus filhos, Renato Cortez Moreira, também foi prefeito da cidade entre 1970-1973 e com um segundo mandato em 1993.

O objetivo do artigo é tornar público alguns dos registros fotográficos da família Cortez Moreira, pois esse acervo fotográfico faz parte da história do município de Imperatriz. Além do mais, ao digitalizar as fotografias auxilia ainda mais na conservação desse rico acervo. Espera-se ainda conscientizar as pessoas da importância de preservação de seus álbuns pessoais, já que todo registro fotográfico tem um valor histórico onde os álbuns fotográficos familiares se tornam mediadores entre as gerações, onde podemos reencontrar entes queridos e conhecer melhor os antepassados. Ao contemplar costumes, vestimentas e locais por onde os familiares passaram, percebe-se que se pode ter na mão parte da história local onde vivemos.

Família Cortez Moreira

Em Imperatriz-MA, há pouquíssimos registros fotográficos efetuados no início do século XX. No entanto, existem algumas fotografias consideradas históricas pertencentes a Escola Santa Terezinha, a ordem dos Capuchinhos e da família Cortez Moreira. As fotografias utilizadas neste artigo, foram disponibilizadas pelos membros familiares Renato Cortez Moreira Júnior, Augusto Cortez Moreira Júnior e a Graça Cortez. Além de disponibilizar as imagens fotográficas eles também foram entrevistados por meio de entrevista não estruturada, dando mais liberdade para os entrevistados relatarem o contexto de seus antepassados, principalmente por serem os guardiões dos álbuns fotográficos.

Os álbuns fotográficos são uma espécie de patrimônio em que os familiares encontram nas imagens o sentimento de pertencimento. Rendeiro (2010), afirma que as fotografias de acervo são uma espécie de mundo musealizado, em que se tem o desejo de puxar o passado para o presente. Nessas imagens, além da trajetória familiar, temos também intrínsecas nas imagens as vivências na sociedade.

A família Cortez Moreira, tendo como patriarca o senhor Simplício Alves Moreira, empresário, comerciante, agropecuarista e político, chegou aos dois anos de idade na cidade de Imperatriz. Após ficar viúvo de sua primeira esposa Raimunda Matos Sampaio com quem teve uma filha, casou-se em segunda núpcias com a jovem Olívia Pereira Cortez (Fotografia 1), uma união duradoura, formando uma família com mais 15 filhos (Sanches, 2003).

Fotografia 1 - Simplício Alves Moreira e sua esposa Olívia Cortez Moreira



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Segundo Coutinho (1994), uma das primeiras usinas de beneficiamento de arroz era do empresário Simplício Moreira, sendo umas atividades que influenciou até na expansão da cidade. “As grandes safras de arroz tiveram começo a partir do ano de 1954 e os novos imigrantes que buscaram o solo fértil de imperatriz, na década de 50, foram os responsáveis pelos novos arruamentos surgidos, três novas vias e

muitas travessas” (1994, p. 151).

Seu Simplicio como era conhecido foi um dos maiores incentivadores a conservar a memória da sua família e da cidade de Imperatriz por meio de fotografias. Na época, a fotografia era uma arte cara e difícil, principalmente em Imperatriz, que até então era isolada, localizado no sertão sul maranhense. O principal meio de acesso para chegar ao município era por meio das águas do caudaloso Rio Tocantins. Seja por barcos, ou por pousos de hidroaviões, que eram utilizados para o transporte de cargas ou de passageiros. Nesse período não existiam grandes estradas, tudo era feito utilizando carroças para mulas, jumentos ou cavalos.

Já nestes tempos, Simplício tinha o hábito de fotografar seus familiares através dos pouquíssimos fotógrafos profissionais que havia na cidade, como o sr. Arlindo, isto nos anos 1950 e 1960. Em Belém do Pará, cidade que muito viajava por motivos de trabalho e como político, Simplício sempre fotografava no Estúdio Oliveira, fotografias estas que fazem parte do rico acervo da família (Fotografia 2). Simplício Alves Moreira Nasceu na cidade de Grajaú (MA) em 2 de março de 1897 e faleceu em Belém (PA), em 20 de junho de 1967.

Fotografia 2 - Jonas Moreira, Zequinha Moreira, Augusto Moreira. Filhos de Simplício Moreira a direita da fotografia.



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Mas a fotografia no sentido histórico para a família Cortez Moreira, não se resume somente ao patriarca Simplício Moreira, nesta lista temos que inserir dois de seus filhos, Renato Cortez Moreira (*in memoriam*) e Augusto Cortez Moreira (*in memoriam*), que com seus vastos arquivos fotográficos familiares, resgatam momentos que narram uma época da história de Imperatriz, principalmente nos anos 1960 ao início dos anos 1980.

Renato Moreira foi prefeito de Imperatriz em duas oportunidades, de 31 de janeiro de 1970 a janeiro de 1974, e assumiu em janeiro de 1993 até sua prematura morte em outubro deste mesmo ano. É da responsabilidade de Renato Moreira, os melhores registros fotográficos da cidade de Imperatriz no início de 1970, as famosas fotografias do dia

de sua posse como prefeito da cidade, ou seja, 31 de janeiro (Fotografias 3, 4 e 5).

Fotografia 3 - Passeata da vitória



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Fotografia 4 - Prefeitura Municipal de Imperatriz



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Fotografia 5 – Posse de Renato Cortez Moreira em 31 de janeiro de 1970



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Outras importantes fotografias de sua responsabilidade, estão as raríssimas imagens aéreas que foram feitas no dia 7 de setembro de 1972, dia da comemoração do sesqui-centenário da Independência do Brasil, quando estudantes das várias escolas (públicas e particulares), lotaram as ruas da cidade uniformizados. Renato Moreira decidiu registrar este histórico dia através de fotografias aéreas, uma visão extraordinária deste jovem político que amava sua cidade natal. Estas imagens aéreas estão sob a guarda de Augusto Cortez Moreira Junior, filho único de Augusto Moreira.

Fotografia 6 - Desfile 7 de setembro de 1972



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Fotografia 7 - Desfile 7 de setembro de 1972



Fonte: Acervo da família Cortez Moreira

Este acervo, além destas preciosíssimas imagens aéreas, conta também com imagens familiares, fotografias que mostram as comemorações familiares, tais como batizados, casamentos e formaturas, ou seja, datas de grande importância para qualquer família. Para as autoras Sá e Damasceno (2023), ao observarmos as fotografias de familiares em um período tão distante de nossa existência, temos uma espécie de estupefação pelas diferenças geradas no espaço e no tempo. Isso ocorre ao verificarmos as fotos áreas da cidade de Imperatriz, que mudou bastante desde a década de 1970. Além disso, as feições e vestimentas de familiares nos mostra as diferenças culturais da época.

Ter esses registros fotográficos evidencia que “entre os familiares a presença de um colecionador, um arquivista, o membro que detém um simbólico poder” (RENDEIRO, 2010, p. 6). No caso da numerosa família Cortez Moreira, são vários os colecionadores que guardam com todo o cuidado o arquivo que conta a história da família, pois o empenho de Simplício Moreira em construir um importantíssimo acervo fotográfico que começou nas décadas de 1950 a 1970, perpassou por gerações.

Qualquer fotografia, desde a mais simples até a mais sofisticada, nítida ou embaçada, são registros históricos e a memória de um tempo foi “guardado” com o objetivo de ser preservado e lembrado com saudade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pesquisador da história da fotografia em Imperatriz-MA vai encontrar pouquíssimos registros fotográficos no início do século XX. As imagens aqui apresentadas fazem parte do projeto de Fernando Cunha, um dos autores deste artigo, organizadas nos blogs Museu Virtual de Imperatriz

1: museu-virtual.blogspot.com e Museu Virtual Imperatriz 2: museuvirtual-2-imperatriz-ma.blogspot.com.

Recentemente o projeto foi implementado em outras redes sociais como o Instagram @imperatriz_historica, que já conta com 449 seguidores e o Facebook @imperatriz.historica, que possui 10 mil seguidores. Essas plataformas são espaços que auxiliam as investigações sobre a origem da fotografia na cidade, bem como trazem para o público referências sobre a identidade e a história do município. Estando disponível para ser consultada por professores, estudantes, pesquisadores e pessoas interessadas pelo assunto.

Nesse artigo foi apresentado parte do acervo da família Cortez Moreira que tem sua trajetória intrínseca com a história da cidade de Imperatriz - MA, já que tanto o patriarca Simplício Alves Moreira, quanto seu filho Renato Cortez Moreira foram prefeitos em dois mandatos na cidade. Os seus registros particulares fazem parte da trajetória política e social da comunidade.

O acervo da família é um exemplo de que fotos pessoais fazem parte do contexto social a qual estamos inseridos, sendo importante a preservação e divulgação dessas imagens, pois é uma forma de manter viva a memória daqueles retratados. A princípio podemos ter os álbuns de família como a melhor forma de guardar esse material, mas mesmo as redes sociais podem ser locais importantes para preservar memórias vividas.

Hoje com as câmeras fotográficas nos celulares facilitam ainda mais o fazer fotográfico, infelizmente, quanto mais avançamos nesta tecnologia deve-se ter o cuidado de guardar para as gerações futuras os registros fotográficos desta geração, pois guardar somente em drivers e nuvens de empresas requer um custo que se não for constantemente pago

pode ocasionar a perda desse material.

Por mais que sejamos saudosos das fotografias em papel que é um recurso ainda fácil de ter, não tem como negar que hoje a vida vem sendo registrada e guardada nas redes cibernéticas, que possui um ou mais donos e que são responsáveis por bilhões de gigabytes armazenados diariamente em seus computadores. O que vemos é que as nossas memórias fotográficas atuais estão fadadas a ficarem perdidas no meio de trilhões de *bytes*, *megabytes*, *gigabytes* e *terabytes*, ficando disponíveis somente a quem tiver paciência e ferramentas para garimpar esses tesouros perdidos. Uma das soluções é voltar a ter o hábito de relevar nossas fotografias em arquivos físicos em papel, que podemos manuseados a qualquer momento, ou ter ainda mais cuidado com os arquivos digitais, para que a memória particular e social não seja perdida.

REFERÊNCIAS

BARROS, E. M. de M. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: Ética, 1996.

COUTINHO, M. **Imperatriz**: subsídios para a história da Cidade. São Luís: Sioge, 1994.

FELIZARDO, A.; SAMAIN, E. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.3, n.3, p. 205–220, 2007.

Manual de Catalogação de Documentos Fotográficos. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos**

Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

RENDEIRO, M. E. L. S. Álbuns de Família: Fotografia e memória; identidade e representação. In: Encontro Regional da Anpuh-rio memória e patrimônio, XIV ed, 2010. **Anais...** da Associação nacional de história. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010, p. 1-10. Disponível em: [https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276726781_ARQUIVO_ArtigoANPUH\[MarciaElisa_2010.1\].pdf](https://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276726781_ARQUIVO_ArtigoANPUH[MarciaElisa_2010.1].pdf). Acesso dia: 11 de março de 2024.

SÁ, A. Q. G. T. de; DASMASCENO, A. C. S. Álbum de família: lugar de memória e recordação. *Ágora: Arquivologia Em Debate*, Florianópolis, v.33, n.66, p. 1-21, jan./jun. 2023.

SANCHES, E. S. **Enciclopédia de Imperatriz**: 150 anos: 1852-2002. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 6 - DESAFIOS DO PASSADO E DO PRESENTE PARA EMISSORAS COMUNITÁRIAS DO SULMARANHENSE

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual
de Ponta Grossa

<http://lattes.cnpq.br/0235778096364859>
nayanebritojornalista@gmail.com

RESUMO: A ausência de veículos de comunicação que levassem informações para a comunidade sobre a localidade em que está inserida impulsionou a criação de algumas rádios comunitárias, na região Sul do estado do Maranhão. Este estudo aborda dados gerais sobre os desafios para existência dessas emissoras ao destacar momentos de resistências e dificuldades para manterem-se até hoje no ar. Para tanto, realizou-se um mapeamento, a partir de pesquisa em campo, a fim de constatar quais cidades da região estudada dispõem de rádios e como se dá o funcionamento desses veículos. As visitas foram seguidas de entrevistas semiestruturadas e coleta de áudios dos programas jornalísticos. Ações educativas, enfrentamentos, falta de profissionais, estrutura precária e a busca por atuar em prol da comunidade fazem parte do cotidiano de algumas das 15 rádios comunitárias registradas.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias; Desafios; Resistência; Sul do Maranhão.

PAST AND PRESENT CHALLENGES FOR COMMUNITY BROADCASTS IN SULMARANHENSE

ABSTRACT: The absence of communication vehicles that would bring information to the community about the location in which it is located led to the creation of some community radio stations in

the southern region of the state of Maranhão. This study addresses general data on the challenges for the existence of these broadcasters by highlighting moments of resistance and difficulties in remaining on the air to this day. To this end, mapping was carried out, based on field research, in order to determine which cities in the studied region have radios and how these vehicles operate. The visits were followed by semi-structured interviews and audio collection of journalistic programs. Educational actions, confrontations, lack of professionals, precarious structure and the search to act in favor of the community are part of the daily life of some of the 15 registered community radio stations.

Keywords: Community Radios; Challenges; Resistance; South of Maranhão.

1 ITINERÁRIO HISTÓRICO

Discutir os interesses de uma comunidade é um dos principais objetivos (ou, ao menos, deveria ser) de uma rádio comunitária. É um espaço conquistado para a realização de uma comunicação plural e democrática, com discussões que proporcionem o desenvolvimento da localidade em que se instalou. A lógica de funcionamento deve estar a serviço da comunidade, o que na prática nem sempre acontece.

As características do rádio lhe possibilita ser um meio de comunicação mais próximo da população e fazer parte do cotidiano de ouvintes em todo o mundo. Gisela Ortriwano (1985), pioneira dos estudos radiofônicos no Brasil, corrobora com essa ideia e defende que se trata do meio de comunicação de massa mais popular e de maior alcance público, tanto a nível nacional quanto mundial sendo, na maioria das vezes, o único veículo a levar informações para populações distantes, que muitas vezes não possuem acesso a outros meios de comunicação. Verificaremos que essa realidade, pensada e descrita pela autora já há algumas décadas, con-

tinua pertinente, em especial, em algumas localidades brasileiras, como é o caso da Sulmaranhense²⁰.

Registram-se, no país, iniciativas de emissoras livres antes na década de 1930, é o caso da rádio Dki “A Voz do Juqueri”, de São Paulo, que entrou no ar aproximadamente, em 1933, período em que o rádio se tornava popular e visto não apenas como instrumento educativo, mas como espaço para diversão, comércio e, sobretudo, atuação política. Um ano antes, no governo de Getúlio Vargas, a publicidade no rádio passa a ser regulamentada por meio do Decreto nº 21.11. Adami e Longhi (2005) destacam que aquele foi um dos momentos mais poéticos do rádio, em São Paulo. A iniciativa de alguns rapazes com instalações simples na garagem da residência de um deles foi o início da história da atual Rádio Cultura de São Paulo.

Também pela iniciativa de jovens que gostavam de eletrônica, especificamente, dois irmãos, um de 15 e o outro de 16 anos de idade surge, na década de 1970, a Rádio Paranóica, em Vitória, no Espírito Santo (Girardi; Jacobus, 2009), considerada a primeira rádio livre brasileira. A emissora apresentava o slogan “Paranóica, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”, o que demonstra a ideia dos jovens em ter um espaço livre para comunicação, mesmo que fosse para ouvir as músicas de suas preferências.

Na cidade de São Paulo, segundo Peruzzo (1998), surgem dezenas delas, ao ponto de, em 1985, criarem a Cooperativa dos Rádio-Amantes. A autora ressalta que inicialmente as emissoras tinham pouco ou nenhum envolvimento com causas sociais ou políticas, eram iniciativas com interesses particulares.

20 “Sulmaranhese” é uma expressão utilizada pelo professor do curso de Geografia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Jailson de Macedo Sousa, em sua tese defendida em 2015.

Ainda na década de 1980, os sindicatos fazem uso do rádio em favor de suas causas, bem como os movimentos sociais. Segundo Girardi e Jacobus (2009, p. 21),

[...] no decorrer daquela década, o movimento popular vai se apropriando da comunicação social, e constitui a Frente Nacional pela Democracia na Comunicação, muito atuante durante o processo da Assembleia Constituinte (1986-1987).

Peruzzo (1998) acredita que as rádios livres contribuíram nas críticas a respeito da estrutura comunicacional dos meios de comunicação no Brasil. Quanto à atuação das rádios, a autora tem a seguinte compreensão:

[...] mesmo que algumas possam ter sido decorrência de aventuras sem maiores pretensões políticas, são, no conjunto, um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar a liberdade de expressão a qualquer preço (Peruzzo, 1998, p. 5).

A luta para garantir que as rádios comunitárias tenham uma legislação própria intensifica-se na década de 1990. Teóricos como Peruzzo (1998) consideram o 10 de abril de 1995 um marco histórico na luta pela regulamentação das emissoras comunitárias. Nessa data, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias foi recebido pelo então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta. Na audiência, o político compromete-se em regulamentar o funcionamento das emissoras.

Após discussões no Congresso Nacional e no meio popular, em 1998, aprova-se a Lei nº 9.612²¹ para regulamentar

21 Mais detalhes da lei de Serviço de Radiodifusão Comunitária

o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom). Apesar da regulamentação, representantes de emissoras criticam os limites impostos pela lei para atuação. São emissoras com modulação FM, de alcance, no máximo, de 1 km a partir de sua antena transmissora, com 25 watts de potência de transmissão irradiada.

1.1 Caminhos percorridos: procedimentos metodológicos

O artigo é resultado da pesquisa para o mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), defendido em 2017, com o título “Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do Sul do Maranhão – mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos”. A dissertação apresenta mapeamento e análise da produção radiojornalística no Sulmaranhense.

Localizado no estado do Maranhão, o universo da pesquisa é a parte Sul desse estado. Essa parte do território maranhense é formada por 49 municípios. A primeira etapa da pesquisa de mestrado consistiu em mapear a existência de emissoras de rádio com ondas hertzianas, nas cidades da região estudada, e, nessas, o que é transmitido de radiojornalismo. A coleta foi iniciada de 12 a 21 de março de 2015 e finalizada entre 06 de janeiro a 06 de fevereiro de 2016.

Este artigo aborda os resultados da primeira inserção em campo, em março de 2015, onde foram visitadas 12 cidades, entre elas 11 tinham rádios funcionando, entre emissoras comerciais e comunitárias, e dessas foi possível constatar um grande número de rádios comunitárias, sendo um total de 14. O Quadro 1 demonstra as rádios mapeadas.

(RdCom) verificar em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

Quadro 1 – Cidades e emissoras comunitárias mapeadas.

CIDADES	EMISSIONAS
Buriticupu	Rádio Cultura FM
	Rádio Buriti FM
	Rádio Liberdade
	Rádio Tropical FM
Bom Jesus das Selvas	Rádio Liberdade FM
	Rádio Cidade FM
São Raimundo das Mangabeiras	Rádio FM Rio Neves
São Domingos do Azeitão	Rádio Azeitão FM Boa Notícia
Fortaleza dos Nogueiras	Rádio Cidade
Pastos Bons	Rádio Cidade FM
	Rádio Jovem
Riachão	Rádio Primavera
Carolina	Rádio Renascer
	Rádio Cidade

Fonte: A autora, 2015.

O mapeamento se deu a partir da visita presencial a cada cidade e suas respectivas emissoras radiofônicas. No levantamento de dados foram realizadas 28 entrevistas com os representantes das rádios.

2 Resistir para existir: trajetória das rádios nas comunidades do Sul do Maranhão

Uma das principais motivações para o surgimento das emissoras comunitárias, no Sul do Maranhão, advém da implantação da Lei 9.612, em 1998. Conforme enfatiza Neuberger (2012, p. 24), o RadCom “[...] trouxe luz às manifesta-

ções radiofônicas de cunho comunitário, até então não regulamentadas e, pior, consideradas irregulares”. Das 14 rádios comunitárias visitadas na região pesquisada, em 2015 sete ainda lutavam por uma concessão junto ao Ministério das Comunicações.

O locutor Roniery Salazar argumenta sobre a representatividade da Rádio Liberdade, situada na cidade de Bom Jesus das Selvas, ao relembrar o início da trajetória da emissora:

Foi criada a Associação Comunitária Beneficente Amigos da Liberdade toda composta pelo povo de Bom Jesus, que viram a necessidade da comunidade ter informações. E isso ela foi evoluindo, como a gente fala, nós era do tempo do gravador. Nisso as pessoas começaram a criar gosto de ouvir a rádio, de ir mandar notícias, “olha um vizinho meu tá precisando de um recado ele tá lá na vicinal tal”, o recado já chegava até ele através da rádio. Nisso a gente viu que ela estava beneficiando as pessoas, aí hoje com o passar dos tempos, já tem 20 anos, ela já tá com o próprio site onde qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo já acessa o site da Liberdade.²²

Semelhante ao início do funcionamento dessa rádio se deu a maioria das emissoras nas cidades mapeadas. Na década de 1990 iniciam-se as atividades em Açailândia, com a Arca FM; Rádio Cidade, em Fortaleza dos Nogueiras; Rádio Primavera, em Riachão, Rádio Cidade, de Pastos Bons; e as emissoras de Carolina, Rádio Renascer e Rádio Cidade. As demais começam a funcionar a partir dos anos 2000.

Um dos aspectos que torna a trajetória dessas rádios semelhantes é iniciar as transmissões e só depois solicitar

22 Entrevista concedida por Roniery Silva Salazar: locutor da Rádio Liberdade de Bom Jesus das Selvas, 13 de março de 2015.

autorização. Fator que desencadeou o fechamento de algumas, bem como apreensão de aparelhos e mesmo prisões. Tais momentos são evidenciados nas recordações dos entrevistados, ao relatarem com espírito de orgulho suas histórias. Na tentativa de representar o percurso de luta dessas emissoras comunitárias destaca-se a trajetória das rádios Primavera e Arca FM.

Tendo como exemplo a cópia do estatuto de uma rádio comunitária de Brasília, a Associação da Rádio Comunitária FM Primavera, de Riachão, instalou a emissora, por volta de 1997. A memória do diretor e locutor Antônio Dias não consegue precisar a data, no entanto, com o documento em mãos, sabe que a rádio obteve a autorização provisória em 3 de agosto de 2001. Antes disso, foi fechada cerca de três vezes e o diretor preso por persistir no funcionamento.

Fomos fechados umas 2, 3 vezes, a rádio foi fechada, lacrada, inclusive eu respondo processo na Justiça Federal e fui condenado, dois processos que eu respondi, no primeiro eu fui condenado, mas pra prestar serviço, como eu sou técnico em eletrônica eu prestei serviço pra comunidade. O processo foi extinto. Depois eu fui condenado novamente, em outro fechamento, desse fechamento o negócio foi mais sério, eu fui condenado a quatro anos de reclusão e uma multa de 10 mil reais, como eu era réu primário, o serviço (tentando lembrar) foi transformado em prestação de serviço. Eu tinha que trabalhar um dia na semana num colégio durante uns quatro anos, por sorte, através de amizade, que a gente conquista através do rádio, eu tinha um juiz federal, que é meu amigo, e ele analisando o processo viu que o processo tinha caducado, já ti-

nha sido extinto, a condenação se transformou em extinta. A gente vem lutando, nós conseguimos legalizar a rádio.²³

Sofrer perseguição também está presente na trajetória da rádio Arca FM. Com o apoio de aproximadamente 16 entidades e, principalmente, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em abril de 1998, a Associação Rádio Comunitária Açailândia inicia suas atividades. Por alguns anos operou no centro de Açailândia, mas em 2007, quando saiu a outorga, já existia outra emissora comunitária no bairro, e por questões legais, exigidas com relação à distância entre as rádios comunitárias, mudou-se para o bairro Vila Ildemar, um dos mais populosos da cidade e com alto índice de violação de direitos humanos. Entre esses fatores somou-se o fato do Centro de Defesa dos Direitos Humanos apresentar projetos no local e alguns membros da emissora morarem no bairro.

Atividades educativas para a comunidade são referências do trabalho da rádio. Segundo as narrativas são mais de 647 adolescentes e jovens qualificados nas oficinas de Jornalismo Comunitário, Comunicação Comunitária, Locução e Apresentação, Tipos de Programas, Fonética Dicção, Direitos Humanos, Sonoplastia, Gravação e Edição de Áudio, entre outras.

Para estar há 26 anos no ar, a Arca FM enfrentou momentos difíceis, eternizados na memória do diretor administrativo em 2015, Antônio Filho:

O período de 2001 a 2003 foi o período que todo Brasil estava explodindo essa questão da rádio comunitária, foi um período bom, bonito, mas também difícil

23 Entrevista concedida por Antônio Carlos Coelho Dias: locutor e diretor da Rádio Primavera de Riachão, 20 de março de 2015.

porque era realmente manter uma resistência pra que a gente pudesse conseguir esses espaços. A emissora nesse período foi fechada quatro vezes, nesse período de três anos, levava equipamento, a gente comprava de novo. Em 2003 quando foi fechada eu ainda fui preso pela polícia por desrespeito, por ter aberto a rádio, aí teve um processo que correu na justiça (...) paguei a fiança e sai logo, o processo prescreveu.²⁴

Inconformados com as sucessivas intervenções, a comunidade vai às ruas para exigir o funcionamento da Arca FM. “Rádio só é rádio no ar”, essa era a frase que fazia parte de uma das faixas com apoio a rádio. Além disso, colaboradores usavam camisas com a seguinte mensagem: “Não sou pirata, sou legal”.

A realidade dessas rádios continua difícil, a maioria não possui um prédio próprio, as estruturas são mínimas, poucos profissionais e colaboradores. Todos reclamam das limitações impostas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Já me multaram porque a torre é menos de 30 metros, eu acho muito rígido, legalizou, tudo bem, deixa você trabalhar a vontade. Aí fica botando limite pra você trabalhar, é isso que a gente fica chateado”.²⁵

A fala do diretor da Rádio Cidade, localizada em Ca-

24 Entrevista concedida por Antônio José Ferreira Lima Filho: diretor administrativo da Rádio Arca FM de Açailândia, 14 de março de 2015.

25 Entrevista concedida por Ronísio Santos Corrêa: diretor da Rádio Cidade de Carolina, 21 de março de 2015.

rolina, apresenta-se como um desabafo as cobranças excessivas da Anatel.

3 O que temos para cobrir? Breve análise da produção jornalística

Ser um meio para representar a sociedade local, já que a grande mídia está distante da realidade dessas cidades, faz parte da missão de uma emissora comunitária. A comunidade precisa se sentir parte da rádio é o que determina o artigo 4º instituído pela lei que regulamenta o RadCom.

A pesquisa apresentou que nem todas as rádios comunitárias têm programação jornalística. Nesse sentido, geram-se algumas dúvidas sobre as programações que contemplam apenas músicas – a comunidade teria espaço para discutir os seus interesses locais? Em que momento a voz da comunidade, além de solicitar uma música, estaria inserida na rádio?

Quando indagados sobre a ausência de uma produção jornalística local, a maioria das emissoras alega a falta de profissional qualificado para estar à frente de um programa jornalístico, ou mesmo afirmam que existe sim jornalismo, através da inserção de notícias esporádicas durante a programação, isso diante de algum acontecimento local, ou ainda leitura de sites com informações a nível nacional.

De fato, a ausência de profissionais parece ser um dos maiores empecilhos para os projetos de algumas rádios, mesmo a Arca FM, que todos os anos promove cursos de capacitação, também no intuito de trazer a comunidade para dentro da rádio, também passa por esse dilema.

Nenhum dos 14 veículos dispõe de profissional formado na área de comunicação, alguns são radialistas devi-

damente registrados com DRT por profissão. As coberturas jornalísticas ocorrem principalmente diante de um fato de grande repercussão. Secretarias municipais e delegacias são os pontos mais visitados em busca de informações.

Entre os temas abordados nos programas destaca-se a política. Outra evidência são as ocorrências policiais noticiadas, como mortes brutais, estupros, tentativas de homicídios, entre outros acontecimentos que são lembrados com tristeza e revolta pelos entrevistados.

Entre os desafios na produção das notícias são elencados fatores como dificuldades de obtenção de declarações, quando se trata de órgãos, especialmente, ligados à prefeitura; fontes com receio de emitir opiniões e realização de entrevistas em estúdio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade dos anos de 1990, associações ou mesmo iniciativas individuais impulsionaram o surgimento de rádios comunitárias, no Sul do Maranhão. Emissoras que se constituíram, em sua maioria, como o único veículo local de comunicação, estabelecendo-se como importante meio para contribuir com a comunidade, seja a partir de críticas e denúncias sobre a atuação do poder público, a orientações e formações.

Para estar no ar, algumas emissoras precisaram resistir aos ditames legais, além de ações de políticos e de pessoas descontentes com as atuações das rádios. Recordações de prisões, ameaças e atentados são citadas pelos entrevistados desta pesquisa. O presente também apresenta dilemas como a falta de profissionais que possam colaborar na programação, sobretudo, jornalística.

Melhorar os programas e as coberturas jornalísticas faz parte das metas de todas as rádios. Esse compromisso deve sair do campo das ideias e fazer parte do cotidiano das comunidades que ainda precisam de espaços para discutirem as problemáticas sociais e se sentirem parte das emissoras.

REFERÊNCIAS

ADAMI, A.; LONGHI, C. R. O Rádio Com Sotaque Paulista: Rádio DKi “A voz do Juqueri”. **Anais...** XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1927-1.pdf>

BRITO, N. C. R. de. **Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do Sul do Maranhão** – mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

GIRARDI, I.; JACOBUS, R. (Org.). **Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Idéias, 2009.

NEUBERGER, R. S. A. **O Rádio na Era da Convergência das Mídias**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

PERUZZO, C. M. K. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MELO, J. M. de; GOBBI, M. C.; SATHLER, L. (Org.). **Mídia cidadã, utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. **Anais...** XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ORTRIWANO, G. S. **A Informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3. ed. São Paulo: Summus, 1985.

SOUSA, J. de M. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica Açailândia, Balsas e Imperatriz. Tese de doutorado em Geografia 2015, UFU, Uberlândia, 2015, 557 p.

CAPÍTULO 7 - MAPEAMENTO DAS MÍDIAS LOCAIS NO SUDOESTE MARANHENSE

Thays Assunção Reis

Universidade Federal do Maranhão

<http://lattes.cnpq.br/7896667981420340>

<https://orcid.org/0000-0001-6826-1096>

thays.jornalista@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o mapeamento das mídias locais de 18 cidades pequenas do sudoeste do Maranhão produzido entre os meses de dezembro de 2018 e fevereiro de 2020. O trabalho foi realizado a partir de pesquisa de campo com visitas presenciais aos municípios e entrevistas com os responsáveis pelos meios encontrados. Foram identificadas, na época do estudo, 36 iniciativas midiáticas, sendo as principais: as rádios comunitárias, *blogs* e rádios cipós (ou postes). Estas foram agrupadas e classificadas em três tipos: a) analógicas “artesanais”, b) analógicas “tradicionais” e c) digitais. Além disso, as mídias registradas demonstraram escassez e/ou ausência de produção local de conteúdo em seus espaços e apropriação por políticos e igrejas.

Palavras-chave: Mídia local. Cidades pequenas. Sudoeste do Maranhão.

MAPPING OF LOCAL MEDIA IN SOUTHWEST MARANHENSE

ABSTRACT: This article aims to present the mapping of local media in 18 small cities in southwestern Maranhão, produced between the months of december 2018 and february 2020. The work was carried out based on field research with face-to-face vi-

sits to the municipalities and interviews with those responsible for the means found. At the time of the study, 36 media initiatives were identified, the main ones being: community radios, blogs and cipó radios (or poles). These were grouped and classified into three types: a) “craft” analogues, b) “traditional” analogues and c) digital ones. Furthermore, registered media demonstrated a scarcity and/or absence of local content production in their spaces and appropriation by politicians and churches.

Keywords: Local media. Small towns. Southwest of Maranhão.

INTRODUÇÃO

A mídia e o jornalismo local, no entender de Guylas e Baines (2020, p. 01, tradução nossa²⁶), “[...] são pilares fundamentais na vida das comunidades em todo o mundo e desempenham papéis políticos e sociais significativos”. São definidas geralmente pelo espaço geográfico que servem, podendo se referir a vilas, distritos, zonas, bairros, cidades ou municípios de pequeno porte.

Aguiar (2016) corrobora com essa percepção ao explicar que o termo “local” é muitas vezes identificado como um recorte político-administrativo correspondente ao município, ou à sua cidade-sede, ou a qualquer cidade, independente de reconhecimento formal. Pode ainda ser estendido para níveis espaciais menores que uma cidade (subescalas), como por exemplo, um povoado, um bairro ou um setor geográfico (AGUIAR, 2016).

26 Texto original em inglês: Local media and journalism [...] are widely seen as key pillars in the lives of communities across the world, and they play significant political and social roles.

Dito isto, este artigo mapeia as mídias locais localizadas em 18 cidades pequenas do sudoeste do Maranhão, pertencentes a região de influência de Imperatriz²⁷. Trata-se de um recorte de um trabalho mais amplo, que teve início em 2017 e estudou os serviços de mídia e a função do jornalismo desenvolvido por Imperatriz no contexto regional.

Para realizar esta pesquisa foram realizadas presenciais aos municípios no período anterior a pandemia da Covid-19, entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2020. Iniciamos esse processo pela cidade de Ribamar Fiquene, localizada a 50 km de Imperatriz, no dia 14 de dezembro de 2018. Entre janeiro e fevereiro de 2019 realizamos oito incursões no sudoeste do Maranhão, percorrendo 14 cidades da região de influência de Imperatriz: João Lisboa, Governador Edison Lobão, Campestre, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, São Francisco do Brejão, Sítio Novo, Montes Altos, Estreito, Porto Franco e Lajeado Novo. As viagens partiram de Imperatriz, cidade natal da pesquisadora, e foram organizadas de modo a contemplar, em um dia de visitas, as cidades vizinhas e na mesma direção geográfica.

Em fevereiro de 2019 realizamos mais duas idas a campo. Uma delas aconteceu no dia 05 de fevereiro na cidade de São João do Paraíso, distante 142 km de Imperatriz, e a outra foi no dia 08 de fevereiro em Senador La Rocque, localizada a 27 km de Imperatriz. Em fevereiro de 2020 realizamos a última visita ao município de Davinópolis, instalado a 12 km de Imperatriz.

27 Região de influência corresponde aos vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Segundo o estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020), Imperatriz possui uma de região de influência composta por 62 municípios, distribuídos entre os estados do Maranhão, Tocantins Pará.

Nas viagens aos locais entrevistamos os responsáveis pelos veículos de comunicação, em especial diretores de rádios comunitárias, web rádio e rádios. Em alguns locais, por não encontrarmos o representante do veículo no dia da visita, conversamos posteriormente via WhatsApp ou telefone. Nesse período, foram realizadas ao todo 22 entrevistas, das quais 19 presenciais, duas por WhatsApp e uma por telefone. As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas abertas sobre a história, estrutura, programação (no caso das rádios) e produção local de informação (MARTINO, 2018).

Para chegar até as produções digitais que aparecem no mapeamento, utilizamos a técnica *snowball* ou “bola de neve”, na qual “os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto” (BALDIN & MUNHOZ, 2011, p. 332). No nosso caso, os entrevistados indicaram os *blogs* das cidades e passaram o contato de blogueiros conhecidos. Esse contato com os blogueiros por WhatsApp levou a outros, até culminar nos *blogs*, no portal de notícias e em uma outra web rádio mapeada na pesquisa.

Contexto geográfico das pequenas cidades do sudoeste maranhense

As localidades investigadas neste artigo são 18 cidades situadas no sudoeste do Maranhão. São elas: Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios.

Hierarquicamente, quase todas as cidades ocupam a posição de centro local, exceto Porto Franco e Estreito que estão classificadas no Regic 2018, respectivamente, como Centro Sub-Regional B e Centro de Zona A. Os Centros Sub-Regionais correspondem ao “[...] terceiro nível da hierarquia urbana, possuem atividades de gestão menos complexas e áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais”. Os Centros de Zona, por sua vez, estão localizados no “[...] quarto nível hierárquico e apresentam menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número pequeno de Cidades vizinhas por meio do comércio e serviços” (IBGE, 2020, p. 12-13). Interessante destacar que tanto Porto Franco quanto Estreito são arranjos populacionais, ou seja, agrupamentos de dois ou mais municípios.

Do ponto de vista demográfico, as pequenas cidades investigadas, em sua maioria, possuem uma população inferior a 20 mil habitantes (Tabela 1). A densidade demográfica é baixa, não chegando nem a 50 hab./km². Por isso, esses municípios são considerados essencialmente rurais – possuem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km² (Veiga, 2004).

Interessante destacar que o predomínio da população urbana sobre a rural é observado por Araújo (2016) em cidades localizadas às margens das rodovias. É o caso de Davinópolis, Campestre, Porto Franco e Estreito, que estão situadas ao longo da BR-010 (Belém-Brasília); e de São Pedro da Água Branca, que fica às margens da MA-125. Além disso, os municípios de Montes Altos e João Lisboa, por estarem localizados a uma distância “média de seis quilômetros de Imperatriz, tornam-se cidades dormitórios de uma população que desenvolve em Imperatriz atividades de trabalho e educacionais” (Araújo, 2016, p.153).

Tabela 1 – Caracterização político-administrativa dos municípios maranhenses pesquisados

Município	Instalação	Área (km²)	População total (2022)	Densi- dade demo- gráfica
Amarante do Maranhão	1953	7.439,615	37.085	4,98
Buritirana	1997	820,968	12.918	15,74
Campestre do Maranhão	1997	613,529	12.301	20,05
Cidelândia	1997	1.462,809	12.878	8,80
Davinópolis	1997	332,249	14.404	43,35
Estreito	1982	2.720,266	33.294	12,24
Governador Edison Lobão	1997	615,957	18.411	29,89
João Lisboa	1961	1.137,104	24.709	21,73
Lajeado Novo	1997	1.063,619	7.057	6,63
Montes Altos	1958	1.488,513	9.106	6,12
Porto Franco	1919	1.420,510	23.903	16,83
Ribamar Fiquene	1997	733,458	7.420	10,12
São Francisco do Brejão	1997	745,357	9.051	12,14
São João do Paraíso	1997	2.052,328	9.904	4,83
São Pedro da Água Branca	1997	720,461	14.338	19,90
Senador La Rocque	1997	738,187	14.700	19,91
Sítio Novo	1961	3.114,683	17.074	5,48
Vila Nova dos Martírios	1997	1.190,008	10.362	8,71

Fonte: IBGE Cidades, 2022

Conforme os dados expostos na Tabela 1, é possível notar a constituição recente dos municípios, 12 deles criados em 1997, resultantes dos processos de fragmentação territorial de Imperatriz, que começou na década de 1950 e se intensificou na década de 1990. A esse respeito, Franklin (2005) detalha que a área original de Imperatriz era de aproximadamente vinte mil quilômetros quadrados, excluindo-se a da Vila de Porto Franco, que inicialmente a integrava. [...] Depois da abertura da estrada que ligou o município com o Nordeste, houve um crescimento populacional desta cidade e da zona rural, surgindo assim novos povoados e aumentando a população de outros.

Com isso, alguns se destacaram e adquiriram vida própria, conquistando também a condição de município. O primeiro foi a vila de Montes Altos, que em 8 de setembro de 1955 se transformou em município, levando consigo uma área de 3.326 quilômetros quadrados do território imperatrizense. Em 15 de dezembro de 1961, foi a vez do povoado Gameleira, que se tornou o município de João Lisboa, com área de 2.697 quilômetros quadrados (Franklin, 2005, p.87).

Depois destes desmembramentos, Imperatriz perdeu mais uma parte de seu território em 1981 com a emancipação do distrito de Açailândia. Com isso, a área original de 13.352 km² passou para 6.687 km². Na década seguinte, no ano de 1997, seis novos municípios, antes pertencentes ao território de Imperatriz, foram emancipados: Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Neste período, eles levaram mais de 5.000 km² da extensão territorial de Imperatriz, deixando o município somente com 1.367,9 km² (Franklin, 2005).

No mesmo ano, outros seis municípios foram desmembrados indiretamente de Imperatriz. São centros locais separados de áreas que haviam pertencido ao território im-

peratrizense: Lajeado Novo e Ribamar Fiquene, nascidos do território de Montes Altos; Buritirana e Senador La Rocque, de João Lisboa; Campestre do Maranhão e São João do Paraíso, de Porto Franco (Franklin, 2005). Com base nestas informações, verificamos que 12 municípios dos que hoje compõem a região de influência de Imperatriz integravam suas terras no passado.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios, ele é classificado como baixo (0,500 a 0,599) ou médio (0,600 a 0,699), segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2021). A Tabela 2 mostra os valores por município.

A mesma configuração do IDHM é encontrada em outros locais da Amazônia Legal. De acordo com Santini (2013, s/p), “dos 772 municípios amazônicos, 671 estão nesta faixa, sendo 305 baixo e 366 médio, e apenas 78 têm IDHM considerado alto. Em nenhum, o índice foi considerado muito alto”.

Os municípios com IDHM baixo são: Amarante, Buritirana, Lajeado Novo, Montes Altos, São Francisco do Brejão, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios. E os que possuem IDHM médio são: Campestre, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, João Lisboa, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca e Senador La Rocque.

Tabela 2 – IDHM dos municípios maranhenses

Município	IDHM
Amarante do Maranhão	0,555
Buritirana	0,583
Campestre do Maranhão	0,652

Cidelândia	0,600 -
Davinópolis	0,607
Estreito	0,659
Governador Edison Lobão	0,629
João Lisboa	0,641
Lajeado Novo	0,589
Montes Altos	0,575
Porto Franco	0,684
Ribamar Fiquene	0,615
São Francisco do Brejão	0,584
São João do Paraíso	0,609
São Pedro da Água Branca	0,605
Senador La Rocque	0,602
Sítio Novo	0,564
Vila Nova dos Martírios	0,581

Fonte: PNDU, 2021

Após conhecer alguns dados que compõem a configuração geográfica das pequenas cidades, veremos no tópico seguinte informações sobre as estruturas de mídia dessas localidades.

RESULTADOS DA PESQUISA

A partir das visitas realizadas nas pequenas cidades do sudoeste do Maranhão, mapeamos 36 iniciativas midiáticas em funcionamento nas pequenas cidades da região de Imperatriz, com predomínio das rádios comunitárias (17), seguidos pelos *blogs* (8), rádios cipós (3), web rádio (2), rádio comercial (1), torre com alto-falante (1), jornal impresso (1), portal de notícias (1), canal no YouTube (1) e jornal por WhatsApp (1). São meios que, em sua maioria, exigem custos

menores de instalação e operação se comparados às emisoras de TV aberta e aos jornais impressos com circulação diária, por exemplo (Mapa 1).

Essas iniciativas podem ser agrupadas e classificadas em três tipos: a) analógicas “artesanais”, b) analógicas “tradicionais” e c) digitais. As analógicas “artesanais” são espaços dedicados à prestação de serviço público para a comunidade local, com limite de circulação apenas na cidade. São aqui representadas pelos sistemas de alto-falantes fixos instalados em torres (voz) ou em postes de energia elétrica (rádios cipós). As analógicas “tradicionais” correspondem a iniciativas mais sofisticadas tecnicamente, com circulação e cobertura que atingem bairros e cidades circunvizinhas da região. São rádios comerciais, rádios comunitárias e jornais impressos. As experiências digitais têm alcance regional, estadual e até mesmo extra estadual. Se valem dos grupos e listas de transmissão no WhatsApp para ampliar sua distribuição e atingir realidades longínquas. Estamos nos referindo às webs rádios, *blogs*, portais de notícias, canais no YouTube e jornais por WhatsApp.

Quanto à distribuição espacial nas pequenas cidades, verificamos que a maioria das localidades conta somente com uma mídia, geralmente uma rádio comunitária. Uma exceção é Campestre, que possui como única infraestrutura midiática em funcionamento uma torre com alto-falante. Interessante pontuar que esta cidade possui cadastro no Ministério das Comunicações desde 2018 com a demonstração de interesse para executar o serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária do Município de Campestre do Maranhão, mas que ainda não foi atendido.

As oito cidades pequenas que apresentam duas ou mais mídias em seus territórios são: João Lisboa, Amaran-

te do Maranhão, São Francisco do Brejão, Buritirana, Cidelândia, Estreito, Porto Franco e São Pedro da Água Branca (Mapa 1). Deste conjunto, as cidades com maior número de mídias – São Francisco do Brejão e João Lisboa – são as que também possuem maior diversidade de mídias, como por exemplo, jornal impresso mensal e rádio comercial.

Com relação ao conteúdo transmitido pelas mídias mapeadas, observamos que ele apresenta características próprias a depender de cada iniciativa. No caso das rádios cipós (ou rádios postes), por exemplo, o conteúdo principal é a publicidade, a prestação de serviço (documentos perdidos, notas de falecimento, divulgação de eventos, recados para moradores da área rural etc.) e as músicas. Mas ainda há nestes veículos programas religiosos e a divulgação de fatos inusitados (morte, crimes, escândalo, etc) quando acontecem nas cidades.

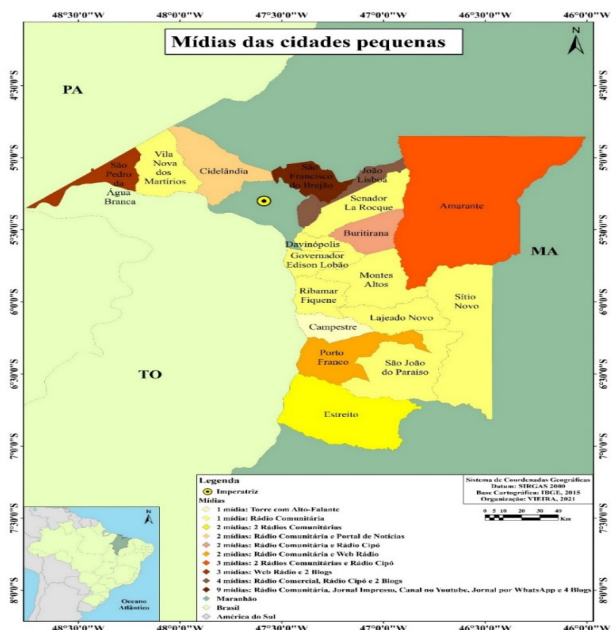
A torre com alto-falante chamada de “Voz da Cidade” possui uma programação voltada exclusivamente para a prestação de serviços e anúncios comerciais. Já as rádios comunitárias, contam com programação basicamente musical, mantida por músicas sem presença do locutor ou por programas musicais nacionais.

Além disso, as emissoras comunitárias possuem programas religiosos (evangélico e/ou católicos), transmissão de missas/cultos aos finais de semana e notícias disseminadas nas grades na forma de boletins gravados ou em alguns programas “ao vivo”, que não são propriamente jornalísticos, mas apresentam informações retiradas de *sites*, agências de notícias (regionais e nacionais) e grupos de WhatsApp.

Cabe destacar que algumas das rádios comunitárias analisadas exibem em sua programação o “Jornal Central” – programa radiojornalístico produzido pela agência Central

de Notícias (com sede em São Luís) e distribuído gratuitamente para as emissoras comunitárias do interior do Maranhão.

Mapa 1 – Tipos de mídias encontradas na região de Imperatriz



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos municípios maranhenses entre 2018 e 2020

Chama atenção nas rádios comunitárias analisadas o papel das elites políticas locais no processo de instalação das emissoras. Identificamos três rádios criadas graças ao apoio de ex-prefeitos municipais: 1) Esperança FM de Buritirana, fundada por Vagtonio Brandão (PR), 2) Sumaúma FM de Ribamar Fiquene, iniciativa de Hilter Alves da Costa (DEM) e 3) Brejão FM de São Francisco do Brejão, estabelecida por Francisco Soares Santos (MDB), conhecido como Francisca-

no. Ainda hoje as emissoras de Buritirana e São Francisco do Brejão contam com o “apadrinhamento” dos políticos por meio das instalações cedidas para funcionamento e “reforço financeiro” quando necessário.

Ao lado destes casos, nos deparamos com duas rádios comunitárias dirigidas por profissionais com cargos públicos municipais. A Comunidade FM possui como locutor e diretor artístico o assessor de comunicação da prefeitura de Sítio Novo, e a Babaçu FM conta com direção e locução do chefe de comunicação da prefeitura municipal e ex-vereador de Cidelândia.

Tais situações evidenciam o chamado “coronelismo eletrônico de novo tipo”²⁸, vinculado ao contexto dos municípios e às permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais. Nesta modalidade, as “rádios comunitárias são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos e líderes partidários – vindo num distante segundo lugar o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica” (Lima; Aguiar, 2007, p.6-7).

Constatamos este vínculo religioso na rádio Porto FM (de Porto Franco), que foi fundada por um frei franciscano e até hoje funciona em um prédio cedido pela igreja católica. Em Buritirana, a Esperança FM é dirigida por um pastor da igreja Assembleia de Deus.

Nas webs rádios, o conteúdo também é majoritariamente musical. Na Cidade FM e Interativa FM, de Vila Nova dos Martírios, a programação no momento está baseada apenas na transmissão de músicas. Na Positiva FM, de

28 Refere-se ao uso de autorizações de RTVs, emissoras de rádio FM e rádios comunitárias legalizadas como moeda de troca para obtenção de votos e apoio político comunitário (local) por vereadores, prefeitos (deputados estaduais) e líderes partidários (LIMA; AGUIAR, 2007).

São Pedro da Água Branca, há ainda transmissões esportivas aos fins de semana, prestação de serviço e informação em dois programas de segunda a sexta-feira, “Gospel News” das 8h às 9h; e “Show da Positiva” das 9h às 11h. Na Porto Franco FM Online, de Porto Franco, as informações são inseridas de maneira esporádica na programação quando acontece de relevante e inesperado algo de na cidade ou região.

Os blogs e o portal de notícia publicam informações, em sua maioria, voltadas para cobertura política do município, principalmente as ações do poder executivo e legislativo. Mas há também informações de outros municípios da região, do estado e do país. As atualizações são irregulares e formadas por textos autorais (em menor quantidade), reproduções de *sites*, *blogs* e *realeses*.

Por fim, os canais do youtube são ligados as rádios comunitárias ou aos sites/blogs. Trazem cobertura de eventos, informações das sessões das câmaras municipais, entrevistas com personalidades e políticos das cidades, divulgação de fatos religiosos, entre outros. O conteúdo é atualizado de forma irregular, sendo publicado ocasionalmente a depender do acontecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa revelam um ecossistema midiático particular nas pequenas cidades, onde coexistem produções analógicas e digitais. É como se nesses locais, tradicionalmente vistos como espaços lentos e opacos devido às baixas densidades técnicas e informacionais, se processassem “lampejos” de rapidez e luminosidade (Santos; Silveira, 2006) conferindo fluidez e dinamismo aos territórios.

Com relação à produção de informação local, verifi-

camos que ela é precária e, na maior parte do tempo, inexistente. Além disso, ela é perpassada pelo uso político das mídias no interior maranhense. As emissoras comunitárias, por exemplo, são alvo do “coronelismo eletrônico de novo tipo” e os *blogs* são usados como “palanques digitais”²⁹.

Perante essa realidade, é possível afirmar que as pequenas cidades estudadas são “desertos de notícias”³⁰, pois não possuem veículos jornalísticos “que ofereçam notícias e informações confiáveis, precisas e abrangentes capazes de alimentar sua base democrática” (ABERNATHY, 2016). São locais que possuem infraestrutura de mídia, mas não dispõem de jornalismo.

REFERÊNCIAS

ABERNATHY, P. M. **The Rise of a New Media Baron and the Emerging Threat of News media Deserts**. The University of North Carolina Press: Center for Innovation and Sustainability in Local Media, 2016.

AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo**: Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ARAÚJO, J. A. V. de. **A região de Influência de Imperatriz-MA: Estudo da polarização de uma capital regional**, desta-

29 Trata-se da utilização dos *blogs* para projeção pessoal e obtenção de cargos públicos nas câmaras municipais e prefeituras do interior do Maranhão.

30 Segundo a pesquisadora norte-americana Penelope Abernathy (2016), os desertos de notícias são comunidades com acesso limitado a notícias e informações abrangentes e de credibilidade. No Brasil, a expressão é usada para se referir a municípios sem veículos jornalísticos, ou seja, sem cobertura significativa de imprensa (Projor, 2018).

cando a regionalização dos serviços públicos de saúde. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2016.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Anais...Congresso nacional de Educação**, 10., 2011, Curitiba: PUCPR, 2011.

BRITO, N. C. R. de. **Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do sul do Maranhão** - mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. Dissertação - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017.

FRANKLIN, A. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2005.

GULYAS, A.; BAINES, D. Demarcating the field of local media and journalism. In: GULYAS, Agnes; BAINES, David. **The Routledge companion to local media and journalism**. London; New York: Routledge, 2020, p.1-21.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, V. A. de; LOPES, C. A. **Rádios comunitárias: coroneismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), 2007.

REIS, T. A. **A cidade de notícias: um estudo do jornalismo de influência regional de Imperatriz no Maranhão**. Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTINI, D. **Maioria dos municípios da Amazônia tem IDHM baixo ou médio**. 2 ago.2013. Disponível em: <https://>

oeco.org.br/noticias/27436-maioria-dos-municipios-da-amazonia-tem-idhm-baixo-ou-medio/. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VEIGA, J. E. da. **A dimensão rural do Brasil.** Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, v.12, n.1, p.71-94, 2004

SOBRE OS ORGANIZADORES

Aichely Rodrigues da Silva: Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio de Doutorado Sanduiche na Universidade do Algarve (UAlg) - Portugal (2019). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2010). Professora Adjunta I da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e professora do Programa Caminhos do Sertão - UEMASUL. Bolsista Produtividade - UEMASUL. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física e Cartografia. Líder do Grupo de Pesquisa Água, Saneamento e Saúde (GPASS). Membro do Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável (IVIDES) e do grupo de pesquisa MEIO-NORTE - Grupo de Estudos e Pesquisas Geográficos e Interdisciplinares, da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI).

César Alessandro Sagrillo Figueiredo: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Estudo em Literatura, Política e Ensino (GELIPE). Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura – PPGLIT/UFNT e no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire/UFNT.

Roseane Arcanjo Pinheiro: Doutora em Comunicação pela PU-CRS. Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). Realiza pesquisas sobre os seguintes temas: história do jornalismo, história das mídias sonoras; memória oral e comunidades; jornalismo e gênero; comunicação comunitária. Docente

do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Campus Imperatriz. Pós-Doutora em Comunicação (UFRN). Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (2023-2025).



A coletânea reúne oito pesquisas que envolvem recortes sobre aspectos históricos, culturais, sociais e políticos da região sudoeste maranhense, com destaques para as trajetórias de movimentos, instituições e práticas culturais. Na obra são abordadas temáticas que tratam da trajetória, história e memória da região do sudoeste maranhense.



EDITORA
UEMASUL

ISBN: 978-65-89274-03-2

CDL



9 786589 274032